FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações

2014

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE (RAI) 2014

QUADRO DE DIRIGENTES

1. CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por seis membros (sendo três escolhidos pelos participantes e assistidos e três nomeados pelos patrocinadores). Os conselheiros eleitos assumem o cargo por quatro anos com estabilidade e direito a uma reeleição.

TITULARES	SUPLENTES
Otto Armin Doetzer (Presidente) *Indicação: COPEL*	Marcelo Sanchotene Cunha *Indicação: COPEL*
Amilton Paulo de Oliveira *Indicação: COPEL*	Luiz Carlos Cavanha Junior *Indicação: COPEL*
Maximiliano Andres Orfali *Indicação: COPEL*	José Roberto Lopes *Indicação: COPEL*
Américo Antonio Gaion *Eleito: Ativos*	Nereu de Azevedo *Eleito: Ativos*
Carlos Eduardo Felsky *Eleito: Ativos*	Isaac de Oliveira *Eleito: Ativos*
Rafael Burakovski *Eleito: Aposentados*	Lauro Sueo Suzuki *Eleito: Aposentados*

2. CONSELHO FISCAL

Composto por quatro membros (sendo dois escolhidos pelos participantes e assistidos e dois nomeados pelos patrocinadores). Os conselheiros eleitos assumem o cargo por quatro anos, porém nesse caso sem direito a reeleição.

TITULARES	SUPLENTES
Rosilene Fiorese Schreiber *Presidente* *Eleito: Aposentados*	Flavio Binder *Eleito: Aposentados*
Breno Pascualote Lemos *Indicação: COPEL*	Gerson José Gonçalves *Indicação: COPEL*
Itamar Pinto Paz Indicação: COPEL	Cassio da Silva Delorenzi *Indicação: COPEL*
José Mauro Oliveira Domingues *Eleito: Ativos*	----------

3. DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por três membros escolhidos pelo Conselho Deliberativo. Tanto a composição quanto o mandato são estabelecidos no estatuto.

Paulo Cezar da Silva Machado
Presidente

José Carlos Lakoski
Diretor Financeiro

Claudia Cristina C. de Lima
Diretor de Administração e Seguridade

MENSAGEM DA FUNDAÇÃO COPEL

Propiciar condições para que seus participantes vivam melhor e vivam mais. Essa é a missão da Fundação Copel e a razão pela qual esta desenvolve todas as suas ações. Por este motivo temos a preocupação e a busca constante de cuidar de nossos participantes, de seu presente e de seu futuro.

Esse cuidado é o objetivo do trabalho desempenhado pela Fundação Copel, focada em proporcionar uma aposentadoria tranquila a cada um dos participantes, aposentados e pensionistas. E como fazemos isso? Administrando os planos previdenciários com valores, ética e sempre respeitando a legislação, buscando os melhores resultados possíveis mesmo em cenários complexos e de crise, como que vivenciamos no momento.

A transparência é um de nosso valores, um dos quais mais temos trabalhado e empregado esforços para conquistar, em especial desde o ano de 2014, com a criação do Espaço Transparência em nosso portal, ambiente no qual divulgamos nossos resultados de gestão.

Fazendo parte deste projeto de Transparência está o Relatório Anual de Informações aos Participantes (RAI), documento que representa os resultados do ano de 2014, o qual pode ser comparado a uma fotografia do plano na data de 31 de dezembro daquele ano.

Explicamos isto porque é importante ressaltar que apesar de qualquer resultado – seja ele positivo ou negativo – o negócio da Fundação Copel (que é administrar os planos previdenciários) – devemos levar em conta o longo prazo para a análise de resultados. Assim sendo, devemos estar sempre atentos, para que não nos confortemos com

saldos positivo e não nos desesperamos diante de resultados negativos. Seguimos administrando os planos como “sentinelas”, sempre atentos ao dever e ao direito que é a transparência e a responsabilidade que nela está contida, de administrar um patrimônio que é de mais de 18 mil vidas.

Com o foco sempre no presente e no futuro, podemos dizer que a Fundação Copel já iniciou o ano de 2015 trabalhando em dobro para firmar cada vez mais o elo entre os participantes e a entidade, empenhada em trazer melhores resultados a cada ano.

Por isso, traçamos um planejamento estratégico que norteará e consolidará as ações da entidade para os próximos 20 anos. Para sermos ainda mais transparentes, anunciamos aqui que além do Relatório Anual, o participante terá a oportunidade de entender melhor os resultados por meio de outros canais de comunicação, vídeos e matérias especais.

Trabalharemos sempre com probidade e transparência, nos pautando em nossos valores: respeito à vida, ética, inovação, eficiência e trabalho em equipe, agradecemos a sua atenção e acima de tudo, a sua confiança.

PATROCINADORAS DA FUNDAÇÃO COPEL

- COPEL
- COMPAGAS
- FUNDAÇÃO COPEL
- LACTEC
- TRADENER
- UEGA

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS ADMINISTRADOS

A Fundação Copel administra três planos de previdência complementar:

- Plano III - Contribuição Variável
- Plano Unificado – Benefício Definido
- Plano Pecúlio – Benefício de Prestação Única

PATRIMÔNIO PREVIDENCIÁRIO ADMINISTRADO CONSOLIDADO

4. PATRIMÔNIO SOCIAL 2013

R$ Mil

R$: 6.713.248

5. PATRIMÔNIO SOCIAL 2014

R$ Mil

R$: 7.253.174

O valor acima apresentado refere-se à soma do Patrimônio Social dos três planos previdenciários administrados pela Fundação Copel. Ele registra os compromissos da Entidade para com seus participantes e a eventual sobra ou insuficiência de recursos para saldar esses compromissos. Se os ativos (recursos financeiros) forem maiores que os compromissos, a Entidade apresenta "superávit". Ao contrário, se os compromissos forem maiores, haverá "déficit".

O crescimento de 8,04% em relação a 2013 decorre, essencialmente, do aumento e atualização dos compromissos da fundação Copel, já que o "superávit" consolidado permaneceu quase inalterado em relação ao ano de 2013 pois, em linhas gerais, os ativos cresceram na mesma proporção.

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES

1. BENEFÍCIOS 2014 CONSOLIDADO

É o resultado da soma dos diversos tipos de benefícios pagos pela Fundação Copel aos seus beneficiários no ano de 2014, principalmente aposentadorias, pensões, resgates e portabilidades.

R$ Mil

R$: 414.126

2. CONTRIBUIÇÕES 2014 CONSOLIDADO

Contempla as contribuições efetuadas aos planos pelos participantes e patrocinadoras no ano de 2014, efetivamente recebidas e líquidas da contribuição para custeio administrativo.

R$ Mil

R$: 162.120

QUADRO DE PARTICIPANTES CONSOLIDADO

	QUANTIDADE
TOTAL DE PARTICIPANTES 2013:	18021
TOTAL DE PARTICIPANTES 2014:	18095

	QUANTIDADE
Ativos	9502
Autopatrocinados	576
Benefício Proporcional Diferido	163
Aposentados	6548
Pensionistas	1306

FATOS RELEVANTES 2014

1. PLANO III – TAXA DE DESCONTO ATUARIAL DE 5,5% PARA 2015

Estabelecido pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), a Fundação Copel passou a adotar em 2014 uma nova taxa de desconto atuarial válida para o próximo ano. Participantes ativos, autopatrocinados ou vinculado que se aposentam em 2015, devem atentar à redução da taxa de desconto atuarial passando dos 5,75% atuais para 5,5%. A meta atuarial é a rentabilidade mínima de longo prazo necessária para que o plano previdenciário pague os benefícios futuros.

2. PREVIC - ALTERAÇÕES NO PLANO PECÚLIO

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou em 2014 as alterações no regulamento do Plano Pecúlio. Conforme previsto, as alterações ocorreram na redação do plano; restrição na adesão por aposentados e pensionistas; novo texto sobre as regras de desligamento; ajuste na redação sobre as regras de pagamento de benefícios e os beneficiários; novas regras sobre os participantes que não se filiarem no momento de adesão à Fundação Copel; coberturas e critérios para recebimento de benefícios, inclusão do benefício de pecúlio adicional; e equiparação do cônjuge para fins de elegibilidade ao benefício de pecúlio adicional.

3. NOVIDADES – AMBIENTE ON-LINE REPAGINADO

Lançado em 2014, o novo **portal da Fundação Copel** foi elaborado para garantir mais agilidade e conteúdo para os participantes. O investimento deixou o layout repaginado e fez o site ser mais intuitivo e fácil de navegar. Além disso, a nova plataforma está disponível para acesso através de *tablets e smartphones.*

O **Espaço Transparência**, outra novidade, é o ambiente on-line da Fundação Copel no qual patrocinadoras, participantes, beneficiários e demais interessados podem acompanhar a divulgação dos principais resultados obtidos pela entidade na gestão dos seus planos de previdência e saúde.

A instituição do **Canal com o Gestor** faz a ponte entre as dúvidas dos participantes a Fundação Copel. Através da ferramenta, os interessados podem encaminhar suas dúvidas diretamente para o diretor Financeiro da Fundação Copel que as responde de maneira personalizada.

4. DIRETORIA – NOVA GESTÃO, NOVOS OBJETIVOS

A Fundação Copel anunciou nova diretoria executiva em 2014, composta pelo novo presidente Paulo Cezar da Silva Machado, Diretor Financeiro José Carlos Lakoski e a Diretora de Administração e Seguridade Claudia Cristina C. de Lima, a primeira mulher a assumir um cargo na diretoria na entidade.

Ainda no mesmo ano, foram eleitos dois novos membros no Conselho Deliberativo da Fundação Copel, Otto Armin Doetzer que assumiu o cargo de representante titular e Marcelo Sanchotene Cunha o de representante suplente.

5. NOVA PATROCINADORA - FUNDAÇÃO COPEL FIRMA CONVÊNIO DE ADESÃO COM USINA ELÉTRICA A GÁS DE ARAUCÁRIA (UEGA)

A Fundação Copel firmou um convênio de adesão com a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). Assim, a empresa - localizada no município vizinho à capital paranaense - passa a integrar a lista de empresas patrocinadoras que contribuem para manter a estrutura da Fundação Copel funcionando.

6. RECADASTRAMENTO – ATUALIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARANTIR MAIS SEGURANÇA.

Entre março e dezembro de 2014, a Fundação Copel lançou campanha de recadastramento para os participantes (entre ativos, aposentados e pensionistas). Participaram da atualização da base cadastral 10.152 participantes. Em dezembro, a Fundação promoveu uma ação para intensificar o número de atualizações e somente nesse mês foram 4204 novos cadastros.

7. PREVIDÊNCIA – NOVA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Em abril de 2014, a Fundação Copel passou a adotar um novo modelo de composição familiar. A atualização do modelo impacta todos os participantes do Plano Unificado e Plano III, pois a medida reflete diretamente na estimativa de reserva de benefício a conceder. Basicamente, a composição familiar aponta quantos herdeiros o participante tem com determinada idade, e para isso são utilizadas algumas formas de cálculo. O modelo usado anteriormente, da família teórica, estava desgastado e após muito estudo constatou-se a necessidade de adequação.

8. EVENTOS – MAIS APROXIMAÇÃO COM OS PARTICIPANTES

No ano de 2014, a Fundação Copel atuou em frentes para melhorar o relacionamento com os participantes ativos, aposentados e pensionistas. Ao todo, foram realizados mais de 30 eventos em cidades como Antonina, Apucarana, Cascavel, Curitiba,

Guarapuava, Londrina, Ponta Grossa e Praia de Leste. Nos encontros, a Fundação buscou aproximação com os participantes através de bate-papos e palestras. Um dos objetivos foi o de levar informações sobre a gestão da entidade, plano previdenciário e de saúde – por meio de atendimentos individuais e a realização de exames preventivos.

9. READEQUAÇÃO – ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO COPEL DE "CARA" NOVA

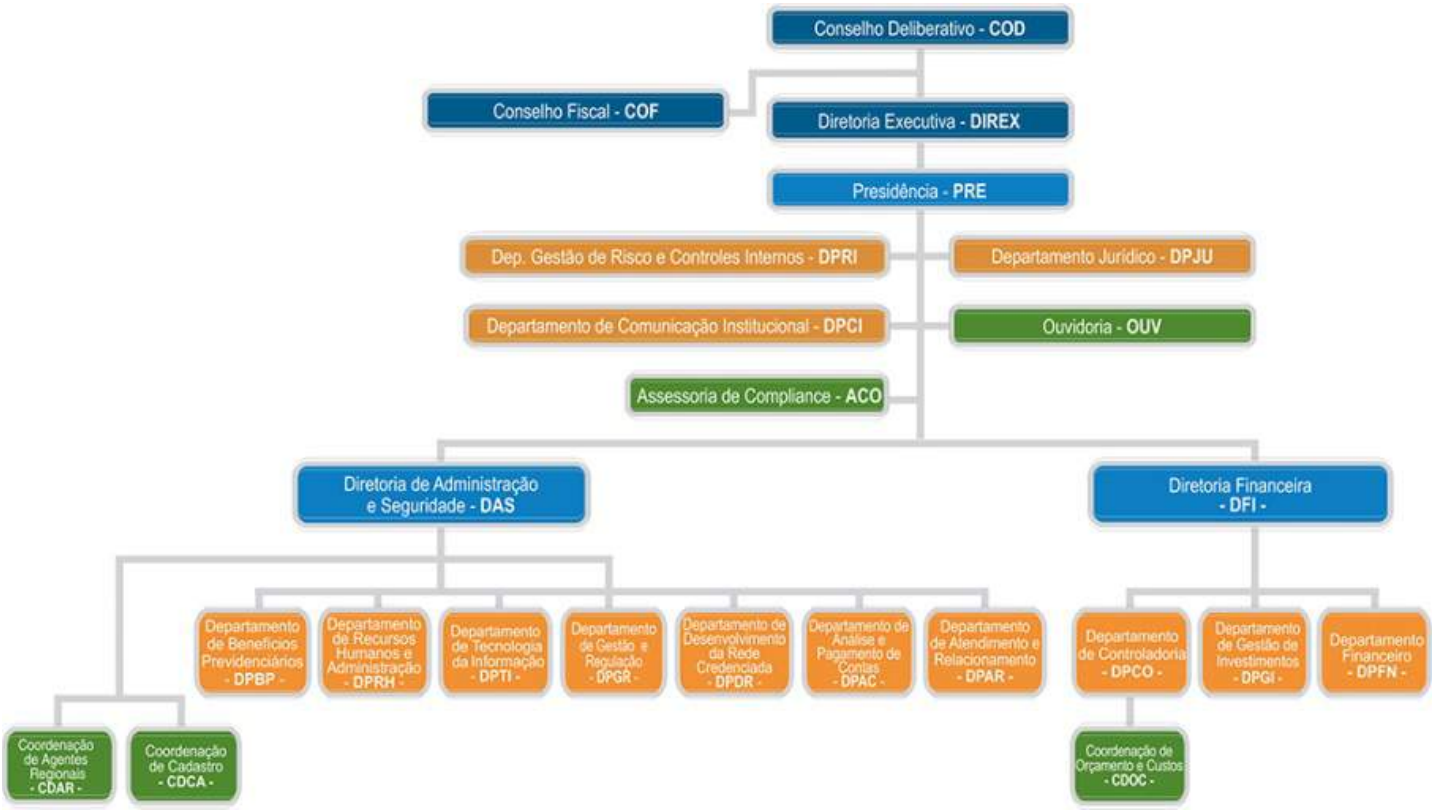
Em setembro, a Central de Atendimento de Curitiba inaugurou um novo espaço para o atendimento presencial. As mudanças tornaram o visual mais funcional e agradável. A readequação trouxe mais comodidade e privacidade para os participantes. Também foi estabelecido um horário padronizado para atendimento nos postos dos agentes regionais no estado: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Em Curitiba, permanecem os mesmos horários para o atendimento pessoal de segunda a sexta-feira das 8h às 18h e para o atendimento telefônico de segunda a sexta-feira das 7h às 19h e aos sábados das 8h às 14h.

10. COMUNICAÇÃO – NOVAS HORIZONTES PARA UMA COMUNICAÇÃO MAIS EFETIVA

A Fundação Copel quer acompanhar a dinâmica do mercado. Pensando nisso, em 2014, traçou novas metas para o setor de comunicação que impactam diretamente na vida dos participantes. Novas ideias e formatos nasceram. O portal foi só a primeira novidade de muitas que ainda estão em desenvolvimento.

ORGANOGRAMA



RESUMO DOS RESULTADOS DO PLANO III

1. CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um plano previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, no qual o benefício é determinado através da aplicação de um fator atuarial sobre o saldo da poupança previdenciária acumulado pelo participante e patrocinador, durante a fase de contribuição. Uma vez concedido o benefício, o mesmo é pago vitaliciamente.

2. PATROCINADORAS DO PLANO

- COPEL
- COMPAGAS
- FUNDAÇÃO COPEL
- LACTEC
- TRADENER
- UEGA

QUADRO DE PARTICIPANTES DETALHADO

	QUANTIDADE
Ativos	9457
Autopatrocinados	575
Benefício Proporcional Diferido	161
Aposentados	3111
Pensionistas	205

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES

1. BENEFÍCIOS 2014

Total de benefícios pagos em 2014 pela Fundação Copel aos participantes do Plano III, principalmente em aposentadorias, pensões, auxílios, pecúlios e resgates de reservas.

R$ Mil

R$: 156.691

2. CONTRIBUIÇÕES 2014

Contribuições e provisões de reembolso de gastos com ações judiciais

	R$ Mil
R$: 205.673	

PATRIMÔNIO TOTAL

1. PATRIMÔNIO TOTAL 2013

	R$ Mil
R$: 2.317.994	

1. PATRIMÔNIO TOTAL 2014

	R$ Mil
R$: 2.604.227	

O aumento verificado no patrimônio do Plano III decorre da entrada de novas contribuições e, principalmente, da variação da taxa de juros pela qual os compromissos futuros são avaliados a valor presente, refletindo em aumento nesses compromissos.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

	R$ MIL	
	2013	2014
Ativo Total	2.378.560	2.755.748
(-) Débitos Consolidados	60.566	151.521
(=) Ativo Líquido	2.317.994	2.604.227
(-) Provisões Matemáticas e Fundo Previdencial	2.315.261	2.647.582
(=) Resultado do Plano	2.733	-43.355

Mesmo havendo crescimento nos ativos, este não foi suficiente para cobrir o aumento nos débitos e nos compromissos com os participantes (Provisões Matemáticas), levando o plano a apresentar déficit no período.

3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO III

	R$ MIL	
	2013	2014
Ativo Líquido - Início do Exercício	2.272.730	2.317.994
(+) Adições	146.984	205.673
(+) Rentabilidade do Fundo	-35.994	244.029
(-) Destinações	65.726	163.469
(=) Ativo Líquido Final do Exercício	2.317.994	2.604.227
(+/-) Acréscimos e Decréscimos	45.264	286.233

A comparação acima deixa evidente que os resultados de 2014 foram bem melhores do que em 2013, embora também haja crescimento significativo nas destinações em 2014, devido ao aumento da provisão para perdas em processos judiciais.

- *Ativo Total: representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos.*
- *Débitos Consolidados: corresponde às obrigações da entidade com o pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar, inclusive o valor provisionado para gastos com processos eventuais, de natureza judicial e/ou outros.*
- *Ativo Líquido: corresponde ao Ativo Total, deduzido dos compromissos da Entidade, exceto compromissos com os participantes. Consequentemente, o Ativo Líquido corresponde ao Patrimônio Social do Plano.*
- *Provisões Matemáticas e Fundo Previdencial: a Provisão Matemática corresponde ao montante atual necessário para honrar o pagamento do benefício contratado pelo participante. Seu valor é dimensionado considerando a idade do participante, sua expectativa de vida, composição familiar e a taxa de desconto atuarial. Especificamente no Plano III, a apuração da Provisão Matemática se dá apenas para os benefícios concedidos, pois dada sua modalidade – Contribuição Variável – na fase de contribuição o benefício é constantemente ajustado ao saldo de conta do participante, exclusivamente de acordo com as suas contribuições e com a variação do valor da cota do plano. Já o Fundo Previdencial é formado pela parcela das contribuições do patrocinador que não é resgatável pelo participante, no caso de desligamento deste do plano, sendo seu valor atualizado conforme a variação do valor da cota do plano.*
- *(+/-) Acréscimos e Decréscimos: é o saldo, no caso positivo, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de benefícios e despesas do plano) durante o exercício.*

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

O ano de 2014, assim como o ano anterior, foi bastante desafiador para os gestores de recursos financeiros. Uma acirrada campanha eleitoral, que contou com eventos imprevisíveis, como o falecimento de um dos candidatos (mudando o cenário eleitoral repentinamente), uma queda expressiva dos preços das commodities, a deterioração dos fundamentos macroeconômicos no Brasil, e a continuidade da política monetária expansionista no mundo desenvolvido (juros muito baixos), foram fatores que contribuíram para manter uma alta volatilidade dos preços dos ativos.

O Brasil apresentou uma piora sistemática na maioria dos indicadores econômicos, que em suma se traduziu em um crescimento econômico próximo de zero, inflação persistente elevada - acima de 6% ao ano - bastante superior à meta de 4,5% estabelecida pelo governo, e uma deterioração relevante das contas externas e fiscal. Com a expectativa de conter a inflação, ao longo do ano o Banco Central continuou com o ciclo de alta de juros, aumentando a taxa SELIC de 10% ao ano para 11,75% ao final de 2014, sendo que a contra partida é um menor estimulo ao crescimento da economia, que já se encontrava debilitada.

O cenário externo não trouxe surpresas negativas, ao contrário, os Estados Unidos seguem crescendo, sendo este o quinto ano seguido de alta do produto interno bruto, com expectativa de apresentar um crescimento maior em 2015; a Europa apresenta sinais de recuperação, com um crescimento modesto, mas com perspectivas mais otimistas; e a China se ajustando a um padrão de crescimento menor, em relação ao seu passado, mas ainda muito elevado se comparado aos demais países.

Ao observar a deterioração dos indicadores econômicos, a baixa confiança dos agentes econômicos, a elevação dos juros (diminuindo a atratividade de investimentos de maior risco) e o alto grau de incerteza em relação ao cenário político e econômico, os investidores tendem a agir de maneira mais conservadora, diminuindo investimentos na economia real. No ano se verificou que o índice Ibovespa fechou com uma queda de 2,9%, refletindo o sentimento de desconfiança em relação à economia brasileira. Tal resultado, aliado a uma inflação estruturalmente elevada, impacta diretamente os resultados dos planos administrados pela Fundação Copel.

Apesar do cenário desafiador e ambiente desfavorável ao investimento privado nos últimos anos, o fato do Brasil apresentar uma economia diversificada, suficientemente grande, rica do ponto de vista de recursos naturais e humanos, faz crer que se tenham plenas condições de atravessar esse período de dificuldade e voltar a crescer conforme seu potencial.

COMENTÁRIOS DO GESTOR

Ao final de 2014, a carteira de investimentos desse plano era formada majoritariamente por títulos de renda fixa e ações negociados em bolsa, representando 80% e 15,8%, respectivamente, do total do patrimônio. Considerando que a maior parte dos títulos de renda fixa está marcada a mercado, ou seja, os títulos são valorizados pelo preço em que são negociados, o resultado final é, por consequência, muito exposto as intempéries do mercado.

Em 2014 o plano III obteve uma valorização de 10,49%, abaixo do seu índice de referência que atingiu 12,34% no ano. A principal contribuição positiva foi obtida na alocação de recursos no segmento de renda fixa, cujo resultado foi de 13,78%

ano, enquanto a principal contribuição negativa decorre do segmento de renda variável, que apresentou desvalorização de 3,26% no ano, resultado próximo ao desempenho do Ibovespa, que caiu 2,91% no mesmo período.

Os segmentos de investimentos imobiliários, empréstimos a participantes e investimentos estruturados, que representam cerca de 4% do total de recursos do plano, apresentaram rentabilidades de 9,64%, 14,27% e -5,39%, respectivamente, no ano de 2014.

Cabe ressaltar que a Fundação Copel tem uma filosofia de investimentos de longo prazo, refletida através de sua política de investimentos, pelo fato do seu passivo ter um prazo longo. Nesse caso é importante que os resultados sejam observados em horizontes maiores. Ao analisar o histórico do plano constatamos que o crescimento composto do plano é de 16,2% ao ano, desde agosto de 1998, ao passo que o índice de referência apresentou valorização de 12,9% e a poupança de apenas 8,3% no mesmo período.

1. RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	R$ Mil	(%)
Renda Fixa	2.087.243	79,99%
Renda Variável	411.421	15,77%
Imóveis	26.240	1,01%
Invest. Estruturados	18.929	0,73%
Empréstimos	65.271	2,50%
TOTAL DO PLANO	**2.609.104**	**100%**

SEGMENTOS	RENTABILIDADE		BENCHMARK
Renda Fixa	13,78	12,59	50% Índice de Referência, 25% IMA-B e 25% CDI
Renda Variável	-3,12	-2,91	IBOVESPA
Imóveis	9,64	12,34	Índice de Referência (*)
Investimentos Estruturados	-5,39	12,34	Índice de Referência (*)
Empréstimos	14,27	12,34	Índice de Referência (*)
PLANO	**10,49**	**12,34**	**Índice de Referência (*)**

(*) Índice de Referência: Índice Nacional de Preços ao Consumidor acrescido de juros de 5,75 ao ano, até 30 de dezembro de 2014. A partir desta data os juros passam a ser 5,50% ao ano

GESTOR TERCEIRIZADO		R$ Mil	%
RENDA FIXA	Itaú	15.211	0,58%
	BNP Paribas Asset (*)	253.370	9,71%
	HSBC Getão de Recursos (*)	91.303	3,50%
RENDA VARIÁVEL	Quest Investimentos (*)	97.470	3,74%
	Bradesco Asset (*)	28.739	1,10%
	Sul América Investimentos	37.976	1,46%
	Sul América Investimentos II	6.545	0,25%
	BBM Gestão de Recursos	10.530	0,40%
	Victoire Brasil Investimentos	7.416	0,28%
	JB Partners	2.110	0,08%
	Vinci Equities Gestora	21.625	0,83%
	Kinea Investimentos	13.156	0,50%
ESTRUTURADO	Kinea Investimentos	4.430	0,17%
	BTG Pactual	7.742	0,30%
	P2 Brasil Infra III	1.604	0,06%
	Stratus	5.153	0,20%
TOTAL INVESTIMENTOS GESTÃO TERCEIRIZADA		**604.380**	**23,16%**
TOTAL RECURSOS DO PLANO		**2.609.104**	**100%**
(*) Fundos exclusivos			

DESPESAS	
GESTÃO PRÓPRIA	**R$ Mil**
Despesas DPGI	682
Custódia	171
Corretagem	30
Emolumentos	19
TOTAL GESTÃO PRÓPRIA	**902**
GESTÃO TERCEIRIZADA	**R$ Mil**
Corretagem	27
Taxa de Performance	600
Taxa de Administração	3.186
Custódia	80
Auditoria	16
Outras Taxas	676
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	**4.585**
TOTAL DE DESPESAS	**5.487**

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

(R$ 43.354.847,08)

Por ocasião do encerramento do exercício de 2014, a avaliação atuarial apontou déficit técnico. Contudo, em percentual, o referido déficit se encontra

bastante abaixo do limite estabelecido pela legislação, não implicando em necessidade de seu equacionamento. A situação deficitária apresentada teve como uma de suas causas a redução da taxa de desconto atuarial, a qual passou de 5,75% a.a. para 5,50% a.a. a partir de 31/12/2014, conforme previsto na Resolução CNPC Nº 9 de 29/11/2012.

RESUMO DOS RESULTADOS DO PLANO UNIFICADO

1. CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido, no qual o benefício tem seu valor previamente estabelecido, conforme regulamento, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma assegurar sua concessão e manutenção. O benefício neste plano é pago vitaliciamente, dependendo da concessão do benefício pela Previdência Oficial. O referido plano se encontra fechado para novas adesões.

2. PATROCINADORAS DO PLANO

- Copel
- Fundação Copel

QUADRO DE PARTICIPANTES DETALHADO

	QUANTIDADE
Ativos	45
Autopatrocinados	1
Benefício Proporcional Diferido	2
Aposentados	3437
Pensionistas	1101

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES

3. BENEFÍCIOS 2014

Total de benefícios pagos em 2014 pela Fundação Copel aos participantes do Plano Unificado, principalmente em aposentadorias, pensões, auxílios, pecúlios e resgates de reservas.

R$ Mil
R$: 320.801

4. CONTRIBUIÇÕES 2014

Contempla as contribuições efetuadas ao plano pelos participantes e patrocinadoras no ano de 2014, além da provisão para reembolso de gastos com demandas judiciais:

R$ Mil
R$: 71.531

PATRIMÔNIO TOTAL

1. PATRIMÔNIO TOTAL 2013

	R$ Mil
R$: 4.384.643	

2. PATRIMÔNIO TOTAL 2014

	R$ Mil
R$: 4.636.542	

O aumento verificado no patrimônio do Plano Unificado decorre, principalmente, da atualização (tecnicamente denominada "reavaliação atuarial") dos valores dos compromissos futuros com os participantes.

3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

	R$ MIL	
	2013	2014
Ativo Total	4.480.356	4.791.452
(-) Débitos Consolidados	95.713	154.910
(=) Ativo Líquido	4.384.643	4.636.542
(-) Provisões Matemáticas e Fundo Previdencial	4.188.691	4.393.097
(=) Resultado do Plano	195.952	243.445

O crescimento verificado no Ativo Total foi superior ao aumento nos débitos e no compromisso com os participantes (Provisões Matemáticas), aumentando o superávit acumulado do plano.

4. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

	R$ MIL	
	2013	2014
Ativo Líquido - Início do Exercício	4.237.422	4.384.643
(+) Adições	78.159	71.531
(+) Rentabilidade do Fundo	422.445	546.817
(-) Destinações	353.383	366.449
(=) Ativo Líquido Final do Exercício	4.384.643	4.636.542
(+/-) Acréscimos e Decréscimos	147.221	251.899

A comparação acima deixa evidente que a rentabilidade dos investimentos em 2014 foi ainda melhor do que em 2013, gerando recursos mais que suficientes para atender aos compromissos do plano.

- *Ativo Total: representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos.*
- *Débitos Consolidados: corresponde às obrigações da entidade com o pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar, inclusive o valor provisionado para gastos com processos eventuais, de natureza judicial e/ou outros.*
- *Ativo Líquido: corresponde ao Ativo Total, deduzido dos compromissos da Entidade, exceto compromissos com os participantes. Consequentemente, o Ativo Líquido corresponde ao Patrimônio Social do Plano.*
- *Provisões Matemáticas: a Provisão Matemática corresponde ao montante atual necessário para honrar o pagamento do benefício*

contratado pelo participante. Seu valor é dimensionado considerando a idade do participante, sua expectativa de vida, composição familiar e a taxa de desconto atuarial.

- *(+/-) Acréscimos e Decréscimos: é o saldo, no caso positivo, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de benefícios e despesas do plano) no ano de 2014.*

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

O ano de 2014, assim como o ano anterior, foi bastante desafiador para os gestores de recursos financeiros. Uma acirrada campanha eleitoral, que contou com eventos imprevisíveis, como o falecimento de um dos candidatos (mudando o cenário eleitoral repentinamente), uma queda expressiva dos preços das commodities, a deterioração dos fundamentos macroeconômicos no Brasil, e a continuidade da política monetária expansionista no mundo desenvolvido (juros muito baixos), foram fatores que contribuíram para manter uma alta volatilidade dos preços dos ativos.

O Brasil apresentou uma piora sistemática na maioria dos indicadores econômicos, que em suma se traduziu em um crescimento econômico próximo de zero, inflação persistente elevada - acima de 6% ao ano - bastante superior à meta de 4,5% estabelecida pelo governo, e uma deterioração relevante das contas externas e fiscal. Com a expectativa de conter a inflação, ao longo do ano o Banco Central continuou com o ciclo de alta de juros, aumentando a taxa SELIC de 10% ao ano para 11,75% ao final de 2014, sendo que a contra partida é um menor estimulo ao crescimento da economia, que já se encontrava debilitada.

O cenário externo não trouxe surpresas negativas, ao contrário, os Estados Unidos seguem crescendo, sendo este o quinto ano seguido de alta do produto interno bruto, com expectativa de apresentar um crescimento maior em 2015; a Europa apresenta sinais de recuperação, com um crescimento modesto, mas com perspectivas mais otimistas; e a China se ajustando a um padrão de crescimento menor, em relação ao seu passado, mas ainda muito elevado se comparado aos demais países.

Ao observar a deterioração dos indicadores econômicos, a baixa confiança dos agentes econômicos, a elevação dos juros (diminuindo a atratividade de investimentos de maior risco) e o alto grau de incerteza em relação ao cenário político e econômico, os investidores tendem a agir de maneira mais conservadora, diminuindo investimentos na economia real. No ano se verificou que o índice Ibovespa fechou com uma queda de 2,9%, refletindo o sentimento de desconfiança em relação à economia brasileira. Tal resultado, aliado a uma inflação estruturalmente elevada, impacta diretamente os resultados dos planos administrados pela Fundação Copel.

Apesar do cenário desafiador e ambiente desfavorável ao investimento privado nos últimos anos, o fato do Brasil apresentar uma economia diversificada, suficientemente grande, rica do ponto de vista de recursos naturais e humanos, faz crer que se tenham plenas condições de atravessar esse período de dificuldade e voltar a crescer conforme seu potencial.

1. COMENTÁRIOS DO GESTOR

No Plano Unificado, que é da modalidade de benefício definido, não são admitidos novos participantes, sendo que quase todos estão aposentados. Dadas essas características, pode-se calcular, com razoável grau de precisão, os compromissos a

serem pagos ao longo dos anos. Com as informações do passivo em mãos é possível formular uma estratégia de investimento que vise atender essas necessidades.

Visto que a estratégia de investimento é voltada a atender necessidades do passivo, a carteira de investimentos desse plano é formada majoritariamente por títulos públicos federais atrelados a inflação (NTN-Bs1), marcados na curva, ou seja, os títulos são valorizados pela taxa a que foram adquiridos. Como isso, a Fundação Copel tem obrigação de não negociar esses títulos, portanto, deverá mantê-los até o vencimento. A escolha desses títulos para formação da carteira é adequada, dado que eles formam um casamento muito interessante com o passivo, pois esse também está atrelado à inflação.

Considerando que os títulos marcados na curva representam cerca de 84% do patrimônio deste plano, o cenário econômico tem um efeito bastante diminuto no resultado final. Em 2014 o plano Unificado obteve uma rentabilidade de 13,21%, acima da meta atuarial de 12,34%, apesar do cenário econômico bastante adverso.

A principal contribuição positiva foi obtida na alocação de recursos no segmento de renda fixa, cujo resultado foi de 13,23% ano, enquanto a principal contribuição negativa decorre do segmento de renda variável, que apresentou desvalorização de 4,21% no ano, resultado próximo ao desempenho do Ibovespa, que caiu 2,91% no mesmo período.

Os segmentos de investimentos imobiliários, empréstimos a participantes e investimentos estruturados, que representam menos de 4% do total de recursos do plano, apresentaram rentabilidades de 50,72%, 14,41% e -2,60%, respectivamente, no ano de 2014.

Observa-se que a expressiva valorização dos investimentos imobiliários decorre das reavaliações dos imóveis efetuadas em dezembro de 2014.

[1] Notas do Tesouro Nacional série B

2. RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	R$ Mil	(%)
Renda Fixa	4.326.039	92,85%
Renda Variável	160.996	3,46%
Imóveis	119.809	2,57%
Investimentos Estruturados	21.655	0,46%
Empréstimos	30.669	0,66%
TOTAL DO PLANO UNIFICADO	**4.659.168**	**100%**

SEGMENTOS	RENTABILIDADE	BENCHMARK	
Renda Fixa	13,23	12,34	Meta Atuarial (*)
Renda Variável	-4,21	-2,91	IBOVESPA
Imóveis	50,72	12,34	Meta Atuarial (*)
Invest. Estruturados	-2,60	17,05	IPCA + 10% a.a
Empréstimos	14,41	12,34	Meta Atuarial (*)
PLANO	**13,21**	**12,34**	**Meta Atuarial (*)**

(*) Índice de Referência: Índice Nacional de Preços ao Consumidor acrescido de juros de 5,75% ao ano.

Parágrafo único. Variações de patrimônio decorrentes de reavaliação de imóveis e participações avaliadas por valor econômico ou mudança de categoria de títulos e valores mobiliários, que impactem a rentabilidade e que somadas, ao longo do ano, superem 5% (cinco por cento) do saldo dos investimentos no ano anterior, devem ser evidenciadas em nota, inclusive simulando-se a rentabilidade em que o plano de benefícios incorreria na ausência dessas reavaliações ou reclassificações.

GESTOR TERCEIRIZADO		R$ mil	(%)
RENDA FIXA	Itaú	7.677	0,16%
ESTRUTURADO	Angra	1.415	0,03%
	Kinea Investimentos	4.430	0,10%
	BTG Pactual	7.742	0,17%
	Lacan	1.311	0,03%
	P2 Brasil Infra III	1.604	0,03%
	Stratus	5.153	0,11%
TOTAL DE INVESTIMENTOS GESTÃO TERCEIRIZADA		**29.332**	**0,63%**
TOTAL DOS RECURSOS DO PLANO		**4.659.168**	**100%**

DESPESAS

GESTÃO PRÓPRIA	R$ Mil
Despesas DPGI	1.760
Custódia	427
Corretagem	26
Emolumentos	17
TOTAL	**2.230**

GESTÃO TERCEIRIZADA	R$ Mil
Taxa de Administração	106
Custódia	12
Auditoria	6
Outras Taxas	53
TOTAL	**177**
TOTAL DE DESPESAS	**2.407**

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

R$ 243.444.758,77

Por ocasião do encerramento do exercício de 2014, a avaliação atuarial apontou situação superavitária, ou seja, valor superior ao necessário para pagamento das suas obrigações. O superávit técnico apresentado foi superior ao do encerramento do exercício de 2013, sendo que um dos fatores que contribui para este resultado foi a manutenção da taxa de desconto atuarial em 5,75% a.a., autorizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, não obstante a previsão da Resolução CNPC Nº 9 de 29/11/2012.

RESUMO DOS RESULTADOS DO PLANO PECÚLIO

1. CARACTERÍSTICAS

O Plano Pecúlio visa o pagamento de benefício de prestação única em caso de morte ou invalidez. Este plano é mantido apenas com as contribuições dos participantes, cujo capital segurado é contratado em função de múltiplos do Salário Real de Contribuição (SRC). Já para o participante assistido (aposentado), o capital segurado é estabelecido em múltiplos do benefício.

QUADRO DE PARTICIPANTES DETALHADO

	QUANTIDADE
Ativos	6871
Autopatrocinados	284
Benefício Proporcional Diferido	59
Aposentados	5847

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES

1. BENEFÍCIOS 2014

Total de indenizações pagas em 2014 pela Fundação Copel aos participantes do Plano Pecúlio:

	R$ Mil
R$: 6.725	

2. CONTRIBUIÇÕES 2014

Contempla as contribuições efetuadas pelos participantes ao Plano Pecúlio:

	R$ Mil
R$: 7.380	

PATRIMÔNIO TOTAL

1. PATRIMÔNIO TOTAL DO PLANO 2013

R$ Mil

R$: 10.610

2. PATRIMÔNIO TOTAL DO PLANO PECÚLIO EM 2014

R$ Mil

R$: 12.404

O aumento verificado no patrimônio do Plano Pecúlio decorre, essencialmente, da diferença positiva verificada no período entre contribuições recebidas e indenizações pagas, além do resultado obtido nas aplicações financeiras do plano.

3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

		R$ MIL
	2013	2014
Ativo Total	10.831	12.761
(-) Débitos Consolidados	221	357
(=) Ativo Líquido	10.610	12.404

O Plano Pecúlio é estritamente financeiro e o crescimento verificado no Ativo Total foi superior ao aumento nos débitos no período.

4. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R$ MIL

	2013	2014
Ativo Líquido - Início do Exercício	9.916	10.610
(+) Adições	6.904	7.379
(+) Rentabilidade do Fundo	340	1.361
(-) Destinações	6.550	6.946
(=) Ativo Líquido Final do Exercício	10.610	12.404
(+/-) Acréscimos e Decréscimos	694	1.794

A comparação acima deixa evidente que a rentabilidade dos investimentos em 2014 foi melhor do que em 2013, contribuindo para aumentar as garantias financeiras do plano.

- *Ativo Total: representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos.*
- *Débitos Consolidados: correspondem às obrigações da entidade com o pagamento de indenizações aos participantes, impostos a recolher e outros valores a pagar.*
- *Ativo Líquido: corresponde ao montante que o plano possui para cumprir com o pagamento exclusivo de compromissos futuros, conforme contratado.*
- *(+/-) Acréscimos e Decréscimos: é o saldo, no caso positivo, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de indenizações e despesas do plano) no ano de 2014.*

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	R$ mil	(%)
Renda Fixa	12.531	100%
TOTAL DO PLANO	**12.531**	**100%**

GESTOR TERCEIRIZADO		R$	%
RENDA FIXA	Itaú	787	6,28%
TOTAL INVESTIMENTOS GESTÃO TERCEIRIZADA		**787**	**6,28%**
TOTAL DOS RECURSOS DOS PLANOS		**12.531**	**100%**

SEGMENTOS	RENTABILIDADADE		BECHMARK
Renda Fixa	12,92	11,40	70% do IMA-B 5 e 30% do CDI
PLANO	**12,92**	**11,40**	**70% do IMA-B 5 e 30% do CDI**

DESPESAS	
GESTÃO PRÓPRIA	**R$ Mil**
Despesas DPGI	2
Custódia	1
TOTAL DE DESPESAS	**3**

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

R$ 12.404.456,00

Assim como no exercício de 2013, o comportamento do Plano Pecúlio durante o exercício de 2014 apresentou situação de equilíbrio. A evolução de suas receitas e despesas, basicamente representadas pelas contribuições dos participantes e indenizações pagas, se mostrou solvente, evidenciando que os níveis de contribuição praticados têm sido suficientes para dar cobertura aos capitais segurados, encerrando o exercício de 2014 com saldo positivo e superior àquele apresentado no encerramento do exercício de 2013.

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações

2014

RAI - CADERNO DETALHADO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E POR PLANO

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO		**7.721.359**	**7.031.125**
DISPONÍVEL		**261**	**521**
REALIZÁVEL		**7.541.539**	**6.868.814**
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.1	209.455	102.619
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.2	833	4.558
INVESTIMENTOS	4.3	7.331.251	6.761.637
Títulos Públicos		5.110.715	4.522.706
Créditos Privados e Depósitos		988.262	697.338
Ações		344.239	401.444
Fundos de Investimento		645.244	933.401
Em Renda Fixa		379.095	667.996
Em Renda Variável		225.566	255.640
Em Investimentos Estruturados		40.583	9.765
Investimentos Imobiliários	4.3.4	146.847	113.520
Empréstimos	4.3.5	95.944	93.228
PERMANENTE	3.5	**5.888**	**5.777**
IMOBILIZADO		2.570	2.571
INTANGÍVEL		3.220	3.088
DIFERIDO		98	118
GESTÃO ASSISTENCIAL	11	**173.671**	**156.013**
PASSIVO		**7.721.359**	**7.031.125**
EXIGÍVEL OPERACIONAL		**16.049**	**13.033**
GESTÃO PREVIDENCIAL	5.1	11.247	9.265
GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.2	4.000	3.768
INVESTIMENTOS		802	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		**222.604**	**115.552**
GESTÃO PREVIDENCIAL	6.1	221.353	110.499
GESTÃO ADMINISTRATIVA	6.2	1.251	5.053

PATRIMÔNIO SOCIAL		**7.309.468**	**6.748.320**
Patrimônio de Cobertura dos Planos		**7.213.773**	**6.679.653**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.1.1	7.013.683	6.480.968
Benefícios Concedidos		5.175.385	4.887.876
Benefícios a Conceder		1.838.298	1.593.092
EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.1.2	200.090	198.685
Resultados Realizados		200.090	198.685
Superávit Técnico Acumulado		200.090	198.685
FUNDOS		95.695	68.667
Fundos Previdenciais	7.1.3	39.401	33.595
Fundos Administrativos	7.1.4	56.294	35.072
GESTÃO ASSISTENCIAL	11	**173.238**	**154.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO PERÍODO		**6.870.369**	**6.686.152**	**2,76%**
1. Adições		**1.273.850**	**748.054**	**70,29%**
Contribuições Previdenciais	8	272.700	220.061	23,92%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial		792.207	386.791	104,82%
Receitas Administrativas	10.1	47.517	32.916	44,36%
Resultado Positivo dos Investim. - Gestão Administrativa		4.545	347	1209,80%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa		6.079	-	100,00%
Receitas Assistenciais	3.2	150.802	107.939	39,71%
2. Destinações		**(699.209)**	**(563.837)**	**24,01%**
Benefícios	9	(414.126)	(353.990)	16,99%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	6.1	(110.855)	(59.683)	85,74%
Despesas Administrativas	10.1	(36.587)	(32.643)	12,08%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	6.2	-	(1.561)	-100,00%
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		(331)	-	100,00%
Despesas Assistenciais	3.2	(137.310)	(115.960)	18,41%
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		**574.641**	**184.217**	**211,94%**
Provisões Matemáticas	7.1.1	532.715	563.256	-5,42%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	7.1.2	1.405	(371.957)	100,38%
Fundos Previdenciais	7.1.3	5.807	1.880	208,88%
Fundos Administrativos		21.222	(941)	2355,26%
Gestão Assistencial	3.2	13.492	(8.021)	268,21%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO PERÍODO (A+3)		**7.445.010**	**6.870.369**	**8,36%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Período anterior		**35.072**	**36.013**	**-2,61%**
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.1	**58.456**	**34.667**	**68,62%**
1.1. Receitas				
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		12.216	11.986	1,92%
Custeio Administrativo dos Investimentos		16.631	580	2767,41%
Taxa de Administração de Empréstimos		309	310	-0,32%
Receitas Diretas		48	26	84,62%
Resultado Positivo dos Investimentos		4.861	1.752	177,45%
Reversão de Contingências		6.079	-	100,00%
Reembolso da Gestão Assistencial	3.3	18.311	20.011	-8,50%
Outras Receitas		1	2	-50,00%
2. Despesas Administrativas		**36.919**	**34.204**	**7,94%**
2.1. Administração Previdencial		**11.264**	**10.570**	**6,57%**
Pessoal e encargos		6.617	5.187	27,57%
Treinamentos/congressos e seminários		115	104	10,58%
Viagens e estadias		78	109	-28,44%
Serviços de terceiros		2.240	2.015	11,17%
Despesas gerais		1.305	1.306	-0,08%
Depreciações e amortizações		434	278	56,12%
Tributos		120	-	100,00%
Contingências	6.2	-	1.561	-100,00%
Outras despesas		24	10	140,00%
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		331	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos		**7.344**	**3.623**	**102,70%**
Pessoal e encargos		5.302	2.747	93,01%
Treinamentos/congressos e seminários		92	12	666,67%
Viagens e estadias		82	37	121,62%
Serviços de terceiros		1.269	616	106,01%
Despesas gerais		456	173	163,58%
Depreciações e amortizações		134	37	262,16%
Outras despesas		9	1	800,00%
2.3. Administração Assistencial		**18.311**	**20.011**	**-8,50%**

3. Resultado Negativo dos Investimentos		**315**	**1.404**	**-77,56%**
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)		**21.222**	**(941)**	**2355,26%**
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)		**21.222**	**(941)**	**2355,26%**
B) Fundo Administrativo do Período Atual (A+5)	7.1.4	**56.294**	**35.072**	**60,51%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
1. Ativos	**4.791.452**	**4.480.356**	**6,94%**
Disponível	**4**	**67**	**-94,03%**
Recebível	**132.262**	**79.224**	**66,95%**
Investimentos	**4.659.186**	**4.401.065**	**5,86%**
Títulos Públicos	3.959.843	3.698.381	7,07%
Créditos Privados e Depósitos	360.445	192.424	87,32%
Ações	159.082	174.097	-8,62%
Fundos de Investimento	29.331	218.218	-86,56%
Investimentos Imobiliários	119.815	91.413	31,07%
Empréstimos	30.670	26.532	15,60%
2. Obrigações	**138.466**	**95.421**	**45,11%**
Operacional	7.999	5.717	39,92%
Contingencial	130.467	89.704	45,44%
3. Fundos não Previdenciais	**16.444**	**292**	**5531,51%**
Fundos Administrativos	16.444	292	5531,51%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**4.636.542**	**4.384.643**	**5,75%**
Provisões Matemáticas	4.393.097	4.188.691	4,88%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	243.445	195.952	24,24%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO III PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
1. Ativos	**2.755.748**	**2.378.561**	**15,86%**
Disponível	**249**	**419**	**-40,57%**
Recebível	**145.593**	**58.453**	**149,08%**
Investimentos	**2.609.906**	**2.319.689**	**12,51%**
Títulos Públicos	1.118.815	794.646	40,79%
Créditos Privados e Depósitos	602.159	494.572	21,75%
Ações	185.157	227.347	-18,56%
Fundos de Investimento	611.469	714.321	-14,40%
Investimentos Imobiliários	27.032	22.108	22,27%
Empréstimos	65.274	66.695	-2,13%
2. Obrigações	**111.890**	**25.870**	**332,51%**
Operacional	21.004	5.074	313,95%
Contingencial	90.886	20.796	337,04%
3. Fundos não Previdenciais	**39.631**	**34.697**	**14,22%**
Fundos Administrativos	39.631	34.697	14,22%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**2.604.227**	**2.317.994**	**12,35%**
Provisões Matemáticas	2.620.585	2.292.276	14,32%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(43.355)	2.733	-1686,35%
Fundos Previdenciais	26.997	22.985	17,45%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PECÚLIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
1. Ativos	**12.761**	**10.831**	**17,82%**
Disponível	**2**	**6**	**-66,67%**
Recebível	**227**	**83**	**173,49%**
Investimentos	**12.532**	**10.742**	**16,66%**
Títulos Públicos	4.730	3.878	21,97%
Créditos Privados e Depósitos	7.015	6.389	9,80%
Fundos de Investimento	787	475	65,68%
2. Obrigações	**137**	**138**	**-0,72%**
Operacional	137	138	-0,72%
3. Fundos não Previdenciais	**220**	**83**	**165,06%**
Fundos Administrativos	220	83	165,06%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**12.404**	**10.610**	**16,91%**
Fundos Previdenciais	12.404	10.610	16,91%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	**4.384.643**	**4.237.422**	**3,47%**
1. Adições	**618.348**	**500.604**	**23,52%**
Contribuições	71.531	78.159	-8,48%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	546.817	422.445	29,44%
2. Destinações	**(366.449)**	**(353.383)**	**3,70%**
Benefícios	(320.801)	(288.850)	11,06%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(40.763)	(59.683)	-31,70%
Custeio Administrativo	(4.885)	(4.850)	0,72%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**251.899**	**147.221**	**71,10%**
Provisões Matemáticas	204.406	433.517	-52,85%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	47.493	(286.296)	116,59%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	**4.636.542**	**4.384.643**	**5,75%**
C) Fundos não Previdenciais	**16.444**	**292**	**5531,51%**
Fundos Administrativos	16.444	292	5531,51%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PECULIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	**10.610**	**9.916**	**7,00%**
1. Adições	**8.740**	**7.244**	**20,65%**
Contribuições	7.379	6.904	6,88%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.361	340	300,29%
2. Destinações	**(6.946)**	**(6.550)**	**6,05%**
Benefícios	(6.725)	(6.359)	5,76%
Custeio Administrativo	(221)	(191)	15,71%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**1.794**	**694**	**158,50%**
Fundos Previdenciais	1.794	694	158,50%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	**12.404**	**10.610**	**16,91%**
C) Fundos não Previdenciais	**220**	**83**	**165,06%**
Fundos Administrativos	220	83	165,06%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO III PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	**2.317.994**	**2.272.730**	**1,99%**
1. Adições	**449.702**	**146.984**	**205,95%**
Contribuições	205.673	146.984	39,93%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	244.029	-	100,00%
2. Destinações	**(163.469)**	**(101.720)**	**60,70%**
Benefícios	(86.600)	(58.781)	47,33%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(35.994)	-100,00%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(70.091)	-	100,00%
Custeio Administrativo	(6.778)	(6.945)	-2,40%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**286.233**	**45.264**	**532,36%**
Provisões Matemáticas	328.309	129.738	153,06%
Fundos Previdenciais	4.012	1.187	237,99%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(46.088)	(85.661)	-46,20%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	**2.604.227**	**2.317.994**	**12,35%**
C) Fundos não Previdenciais	**39.631**	**34.697**	**14,22%**
Fundos Administrativos	39.631	34.697	14,22%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	**4.775.009**	**4.480.064**	**6,58%**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**4.393.098**	**4.188.691**	**4,88%**
1.1 Benefícios Concedidos	**3.977.080**	**3.816.094**	**4,22%**
Benefício Definido	3.977.080	3.816.094	4,22%
1.2 Benefícios a Conceder	**416.018**	**372.597**	**11,65%**
Benefício Definido	416.018	372.597	11,65%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**243.445**	**195.952**	**24,24%**
2.1 Resultados Realizados	**243.445**	**195.952**	**24,24%**
Superávit Técnico Acumulado	**243.445**	**195.952**	**24,24%**
Reserva de Contingência	243.445	195.952	24,24%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**7.999**	**5.717**	**39,92%**
4.1 Gestão Previdencial	7.992	5.717	39,79%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	7	-	100,00%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**130.467**	**89.704**	**45,44%**
5.1 Gestão Previdencial	130.467	89.704	45,44%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PECÚLIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	**12.540**	**10.748**	**16,67%**
3. FUNDOS	**12.404**	**10.610**	**16,91%**
3.1 Fundos Previdenciais	12.404	10.610	16,91%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**136**	**138**	**-1,45%**
4.1 Gestão Previdencial	136	138	-1,45%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO III PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	**2.716.116**	**2.343.864**	**15,88%**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**2.620.584**	**2.292.277**	**14,32%**
1.1 Benefícios Concedidos	**1.198.304**	**1.071.782**	**11,80%**
Benefício Definido	1.198.304	1.071.782	11,80%
1.2 Benefícios a Conceder	**1.422.280**	**1.220.495**	**16,53%**
Contribuição Definida	**1.350.368**	**1.157.351**	16,68%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	657.866	564.068	16,63%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	692.502	593.283	16,72%
Benefício Definido	71.912	63.144	13,89%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**(43.355)**	**2.733**	**-1686,35%**
2.1 Resultados Realizados	**(43.355)**	**2.733**	**-1686,35%**
Superávit Técnico Acumulado	**(43.355)**	**2.733**	**-1686,35%**
Reserva de Contingência	(43.355)	2.733	-1686,35%
3. FUNDOS	**26.997**	**22.985**	**17,45%**
3.1 Fundos Previdenciais	26.997	22.985	17,45%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**21.004**	**5.074**	**313,95%**
4.1 Gestão Previdencial	20.209	5.074	298,29%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	795	-	100,00%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**90.886**	**20.795**	**337,06%**
5.1 Gestão Previdencial	90.886	20.795	337,06%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Copel de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, sem fins lucrativos, regulamentada pelas Leis Complementares n° 108 e 109, de 29 de maio de 2001. Foi constituída em 1971 sob a forma de fundação, com o objetivo de assegurar aos empregados de suas patrocinadoras e respectivos dependentes, além do seu quadro próprio, os seguintes benefícios:

a) Complementação de renda mensal vitalícia normal, vitalícia diferida, por invalidez, velhice e abono anual;

b) Complementação de renda mensal de pensão, auxílio doença, auxílio-reclusão e pecúlio por morte;

c) Assistência à saúde em geral, por conta dos participantes e das patrocinadoras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Fundação Copel era patrocinada pelas seguintes organizações: Cia Paranaense de Energia – COPEL e suas subsidiárias integrais (Copel Distribuição S.A., Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Telecomunicações S.A., Copel Participações S.A. e Copel Renováveis S.A.), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, Tradener Ltda., Escoeletric Ltda., Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, UEG Araucária Ltda. e a própria Fundação Copel.

A Fundação Copel administra três planos de benefícios previdenciários, que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Social – CNPB, instituído pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente denominada Superintendência Nacional de Previdência

Complementar - PREVIC, e opera um plano de assistência à saúde, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

1) Plano Unificado de Benefício Definido:
Cadastrado no CNPB sob nº 1979.0017-74, o plano contempla participantes do Plano Básico (Plano I) e do Plano Complementar (Plano II), o qual foi incorporado pelo primeiro, conforme Portaria MPS/PREVIC nº 45/2013. É classificado na modalidade de benefícios definidos (BD) e encontra-se fechado para novos participantes.

2) Plano de Benefícios Previdenciários III:
Cadastrado no CNPB sob nº 1998.0052-83, é classificado na modalidade de contribuições variáveis (CV) e apresenta-se como opção aos empregados que ingressaram nas patrocinadoras a partir de setembro de 1998.

3) Plano de Pecúlio:
Cadastrado no CNPB sob nº 2006.0007-56, é classificado na modalidade de benefícios definidos, de pagamento único, e mantido apenas com contribuições dos participantes.

4) Plano PROSAUDE II:
Registrado na ANS sob nº 468.270/12-0, e na PREVIC sob nº 5000.0285-38, tem como finalidade conceder benefícios de natureza médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica e é mantido com contribuições dos patrocinadores e dos participantes, representando a Gestão Assistencial da Entidade.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis suportados pela legislação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar

reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Essas diretrizes não requerem a segregação dos ativos e passivos entre circulante e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

A estrutura contábil apresentada respeita a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e identifica, separadamente, a gestão de cada plano de benefício previdenciário, a gestão assistencial e a gestão administrativa. Os saldos devedores ou credores entre as Gestões Previdencial, Administrativa e Assistencial estão registrados em contas de Valores a Transferir, as quais são consolidadas por ocasião da elaboração do Balanço Patrimonial.

Em atendimento à Resolução CNPC 08/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, a Fundação Copel elaborou o regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA e adota as planificações contábeis emanadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi aprovado na 151ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da entidade.

As notas explicativas são apresentadas apenas para as demonstrações consolidadas e todos os valores estão apresentados em milhares de reais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribuições dos participantes das contribuições das patrocinadoras.

O saldo de operações com as patrocinadoras é atualizado pelos encargos financeiros contratuais, até a data das demonstrações financeiras.

3.2. GESTÃO ASSISTENCIAL

A contabilidade da Gestão Assistencial é efetuada e mantida segregada das demais gestões, possibilitando a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, sendo apresentados no Balanço Consolidado apenas os totais do Ativo e do Passivo assistenciais.

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribuições das patrocinadoras das contribuições de responsabilidade dos participantes, e o resultado forma fundos exclusivos para o Plano PROSAÚDE II. O rendimento das aplicações financeiras desses recursos é incorporado ao fundo do Plano. O valor desse fundo está somado aos fundos previdenciais para composição do Patrimônio Social na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, já que esta contempla as adições e destinações da Gestão Assistencial. Diferentemente, o Balanço Patrimonial evidencia apenas os totais de Ativo e Passivo da Gestão Assistencial.

As Receitas Assistenciais são provenientes das mensalidades arrecadadas das patrocinadoras e dos participantes ativos e assistidos.

As Despesas Assistenciais registram todos os gastos incorridos com os benefícios de assistência à saúde, como, por exemplo, o pagamento de consultas e exames médicos, além da provisão de eventos ocorridos e não avisados e dos gastos administrativos do plano.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

As receitas e as despesas são contabilizadas mensalmente, pelo regime de competência. As despesas administrativas assistenciais são reembolsadas pela Gestão Assistencial. As receitas e despesas administrativas da gestão previdencial são registradas e segregadas de forma a permitir a gestão administrativa por plano previdenciário.

As Receitas Administrativas incluem as taxas de administração de empréstimos aos participantes e também as contribuições para custeio administrativo, pagas pela Gestão Assistencial e Gestão Previdencial.

As Despesas Administrativas englobam os gastos administrativos da Gestão Previdencial, da Gestão Assistencial e do Fluxo dos Investimentos. Tais gastos referem-se a salários e encargos, treinamentos, contratações de serviços de terceiros, depreciações e amortizações, além de despesas gerais como, por exemplo, materiais de expediente e contas de consumo da entidade.

A Constituição de Contingências refere-se a provisões para perdas em ações trabalhistas e às discussões sobre a legalidade da cobrança do PIS e da COFINS, conforme exposto na nota explicativa nº 6.2.

3.4. INVESTIMENTOS

O Fluxo dos Investimentos registra as aplicações efetuadas, utilizando estrutura de gestão multifundos, com carteiras específicas para cada plano administrado pela entidade.

Os investimentos da Fundação Copel estão segmentados em:

3.4.1. RENDA FIXA

As aplicações de Renda Fixa são classificadas em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação. Os títulos na categoria "para negociação" incluem os títulos e valores mobiliários com o objetivo de poderem ser negociados antes do vencimento, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os títulos na categoria "mantidos até o vencimento" incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos *pro rata temporis*.

3.4.2. RENDA VARIÁVEL

As aplicações em Ações estão registradas pelos valores de mercado, obtidos pelas cotações de fechamento na data do balanço ou data anterior mais próxima, com exceção das ações que não tiverem sido negociadas nos últimos seis meses, as quais são registradas pelo menor valor entre o preço de custo e o valor patrimonial. Os Fundos de Renda Variável estão registrados ao custo de aquisição acrescido dos ganhos auferidos ou perdas incorridas até a data do balanço. A variação apurada entre os valores atual de mercado e o anterior é apropriada mensalmente à conta de receita e/ou despesa. As receitas decorrentes

de dividendos e bonificações em dinheiro são contabilizadas no respectivo exercício em que foram declarados pelas empresas.

3.4.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados pode conter fundos de investimento: em participação, em empresas emergentes, imobiliários e em multimercado. A aquisição se dá em número de quotas do fundo e a apuração do valor dessas quotas é feita de acordo com normas específicas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.4.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição ou construção e atualizados conforme laudos técnicos de avaliação emitidos por empresas especializadas, a cada período de três anos, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC 08/2011 e Instrução MPS/CNPC 34/2009. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, à taxa anual entre 2,00% e 6,66%, conforme apontado pelos laudos de avaliação.

3.4.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos aos participantes (ativos e assistidos). O saldo reflete a posição atualizada da carteira na data das demonstrações financeiras. Nas operações de até 12 meses são cobrados juros prefixados de 1,1% ao mês, enquanto que as operações de 13 a 60 meses são remuneradas com juros pós-fixados de 0,6% ao mês, mais a variação do INPC (IBGE). A taxa de administração é de 0,20% sobre o montante contratado.

3.5. ATIVO PERMANENTE

3.5.1. IMOBILIZADO

Os valores dos bens são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, às taxas anuais de 10% para instalações em geral e móveis e utensílios e 20% para veículos, equipamentos de informática e *softwares*.

3.5.2. INTANGÍVEL

Representa as compras, efetuadas a partir de janeiro/2010, de direitos de uso e custos de implantação de Sistemas de Gestão, registradas pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual de 10%.

3.5.3. DIFERIDO

No grupo Diferido estão registrados, ao custo de aquisição, os gastos com a compra de sistema de controle dos Investimentos da entidade, adquirido em 2009. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%.

3.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

3.6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra provisões para perdas em demandas judiciais de beneficiários, tanto de ações trabalhistas contra Patrocinadores, cujo eventual ganho possa gerar reflexos financeiros no benefício, quanto de ações diretas de revisão do benefício.

3.6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra provisões contingenciais referentes a ações trabalhistas de ex-empregados da Fundação Copel, desde que classificadas como de perda provável conforme pareceres jurídicos.

3.7. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.7.1. REGIME FINANCEIRO

A Fundação Copel adota o regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios a serem pagos aos participantes dos planos de Benefício Definido – BD, deduzidas das contribuições futuras dos Participantes e Patrocinadoras. Nesses planos o custo do tempo de serviço anterior ao ingresso dos participantes foi coberto por dotação inicial e contribuições correntes da Patrocinadora e/ou aquisição de jóia. As provisões matemáticas do plano de Contribuição Variável – CV são calculadas em quantidade de quotas, cujo saldo é controlado individualmente para cada participante. Os participantes que migraram do Plano Unificado de Benefício Definido ao Plano III, têm, além das cotas desse plano, o BSA – Benefício Saldado Anterior, conforme definido pelo regulamento.

3.7.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Corresponde à diferença entre o valor atual dos encargos de complementação de aposentadorias ou pensões e o valor atual das contribuições futuras que venham a ser pagas à Fundação pelos participantes em gozo de benefício do Plano Previdenciário I e II e do

Plano III, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

3.7.3. BENEFÍCIOS A CONCEDER

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – SALDO DE CONTAS:

Corresponde aos valores atuais dos encargos a serem assumidos pela Fundação Copel no Plano III, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, a serem assumidos pela Fundação Copel no Plano Unificado de Benefício Definido e à parcela do BSA – Benefício Saldado Anterior, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, que serão assumidos pela Fundação Copel no Plano Unificado de Benefício Definido e no Plano III, referentes aos benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e pecúlio por morte.

4. REALIZÁVEL

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O realizável da Gestão Previdencial apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	338	964
Patrocinadoras	159	362
Participantes	150	602
Provisão p/Contribuições s/Abono Anual	29	-
ADIANTAMENTOS	67	78
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.724	2.010
NOTAS DE DÉBITO A RECEBER DE PATROCINADORAS	4.566	6.672
PROVISÃO P/REEMBOLSO GASTOS C/DEMANDAS JUDICIAIS	202.648	92.853
OUTROS DIREITOS A RECEBER	112	42
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	**209.455**	**102.619**

As notas de débitos a receber de patrocinadoras são emitidas para o reembolso de valores pagos judicialmente em reclamatórias trabalhistas, nas quais a Fundação Copel foi citada como parte do polo passivo, e para recompor reservas matemáticas em virtude da revisão de benefícios nessas ações judiciais já encerradas.

A Provisão para Reembolso de Gastos com Demandas Judiciais equivale ao valor provisionado para futuras perdas em ações judiciais em andamento contra as Patrocinadoras e que deverão gerar reflexos nos benefícios já concedidos aos demandantes. Foi constituída com base na NBC TG 25, item 53, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1180, de 24/07/2009. A segurança para reconhecimento desse ativo é dada pela garantia consignada no Convênio de Adesão dos patrocinadores aos planos previdenciários da entidade.

4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da Gestão Administrativa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
CONTAS A RECEBER	476	454
Responsabilidade de Empregados	290	300
Responsabilidade de Terceiros	186	154
DESPESAS ANTECIPADAS	244	21
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	4.071
OUTROS REALIZÁVEIS	113	12
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**833**	**4.558**

O saldo de Depósitos Judiciais em 31/12/2013 refere-se às contingências de PIS e COFINS, decorrentes dos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discutiu a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir "faturamento" como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%). A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade dos depósitos. Em 14/06/2012 foi certificado o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a não sujeição da Fundação Copel ao recolhimento do PIS e da COFINS quando da realização de suas atividades regulares previstas na Lei Complementar nº 109/2001. Diante dessa sentença, e atendidos novos despachos judiciais e petições da Receita Federal, a partir de agosto/2013 a Fundação Copel deixou de efetuar depósitos judiciais dessas contribuições, passando a recolher normalmente os tributos, porém tendo como base de cálculo somente os valores que não configuram atividade regular de gestão, como "recuperações de despesas" e "outras receitas não operacionais". Em maio/2014 foi pronunciada a decisão judicial final que autorizou o levantamento dos valores depositados. Os valores foram recebidos e as provisões revertidas contabilmente. Está em andamento o trabalho de apuração para solicitar a restituição dos valores eventualmente recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores ao ajuizamento da ação.

4.3. INVESTIMENTOS

Em dezembro de 2013 foi efetuada a segregação real dos ativos referentes às Reservas Matemáticas do Plano Previdenciário III, visando à implantação de gestão segmentada, pautada pelas características de cada massa, em atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.792/09 e observando o artigo 94 do regulamento do Plano. As reservas segregadas foram denominadas de Plano III–Capitalização, que incorpora as reservas com características de contribuição definida, e Plano III–Mutualismo, no qual estão as reservas que demandam cálculos atuariais para sua definição e, portanto, com características de benefício definido. A primeira é totalmente financeira e contém as reservas de benefícios normais a conceder e o fundo previdencial. A segunda é atuarial e contém as reservas de benefícios de risco a conceder e todas as reservas de benefícios concedidos.

No ano de 2014 os investimentos do Plano Unificado de Benefício Definido obtiveram rentabilidade nominal consolidada de 13,21% e rentabilidade real de 6,57%, ou seja, se desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC. No Plano III–Capitalização as rentabilidades foram de 10,30% e 3,83% e no Plano III–Mutualismo foram de 10,71% e 4,22%, respectivamente.

A diferença entre as rentabilidades decorre da diversidade entre as carteiras de investimento, totalmente segregadas. Por serem três carteiras com características distintas, busca-se adequá-las ao perfil de cada massa de participantes. Desta maneira, para o Plano Unificado de Benefício Definido, que é um plano maduro e em extinção, a carteira é constituída principalmente de títulos públicos indexados à inflação, classificados como “Mantidos até o Vencimento” ou, usando-se expressão comum no mercado financeiro, estão “marcados pela curva”. A carteira do Plano III-Capitalização tem uma composição mais diversificada, carregando tanto títulos públicos com vencimentos diversos como também títulos privados com vencimentos mais curtos e maior volume de aplicações em renda variável, o que a torna mais suscetível às oscilações negativas conjunturais, como as verificadas em 2013 e 2014, mas também permite buscar melhores retornos no longo prazo. A carteira do Plano III–Mutualismo ainda está em fase de consolidação e tem composição semelhante à do Plano Unificado de Benefício Definido.

4.3.1. RENDA FIXA

A carteira consolidada de renda fixa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	5.110.715	4.522.706
Créditos Privados e Depósitos	988.262	697.338
Fundos de Investimento	379.095	667.996
TOTAL DA RENDA FIXA	6.478.072	5.888.040

Os investimentos em Renda Fixa estão custodiados no Banco Itaú S/A e, nesta modalidade de investimentos, o critério de precificação dos ativos se apresenta como o motivo fundamental das diferenças apresentadas entre as rentabilidades dos planos. Na carteira do Plano Unificado de Benefício Definido a maioria dos títulos é classificada como

"Títulos mantidos até o vencimento" e os juros são apropriados linearmente até o seu vencimento e resgate. Já os títulos da carteira do Plano III são, em sua grande maioria, classificados como "Títulos para negociação", ou seja, precificados a mercado. Dessa forma o valor desses títulos e, consequentemente, a rentabilidade contabilizada mensalmente, registra maiores oscilações diante das incertezas econômicas e políticas que permeiam as expectativas dos agentes de mercado, porém a rentabilidade efetiva somente será conhecida no momento da venda ou vencimento desses papéis.

Especificamente em 2013 os investimentos de Renda Fixa precificados a mercado sofreram expressiva redução decorrente da considerável elevação das taxas de juros. A magnitude da alteração do cenário macroeconômico forçou o governo a elevar a taxa SELIC, de 7,25% em março/13 para 10,00% a partir de dezembro/13.

No ano de 2014, a carteira de renda fixa apresentou rentabilidade acumulada nominal de 13,23% no Plano Unificado de Benefício Definido, 13,88% no Plano III-Capitalização e 13,70% no Plano III-Mutualismo. Já a rentabilidade real foi de 6,59% no Plano Unificado de Benefício Definido, 7,20% no Plano III-Capitalização e 7,03% no Plano III-Mutualismo.

A composição da carteira de renda fixa em 2014, segregada por planos e por tipo de título é apresentada abaixo:

	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	1.268	1.405	2.673
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	3.959.843	1.118.815	3.462	25.921	5.108.041
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	237.133	51.279	2.734	13.336	304.482
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs	6.838	219.961	1.159	1.140	229.098
Letras Hipotecárias - LHs	6.867	-	-	-	6.867
Letras Financeiras - LFs	21.677	44.950	542	-	67.169
Debêntures	87.929	285.969	2.581	4.167	380.646
Fundos de Investimento - Renda Fixa	7.677	359.884	787	3.657	372.005
Fundos de Investimento - Direitos Creditórios	-	7.091	-	-	7.091
TOTAL	4.327.964	2.087.949	12.533	49.626	6.478.072

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos por plano, segregados e classificados como "Títulos para negociação":

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO					
	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	1.268	1.405	2.673
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	21.889	51.222	3.462	25.921	102.494
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	237.133	51.279	2.734	13.336	304.482
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs	6.838	219.961	1.159	1.140	229.098
Letras Hipotecárias - LHs	6.867	-	-	-	6.867
Letras Financeiras - LFs	21.677	44.950	542	-	67.169
Debêntures	87.929	285.969	2.581	4.167	380.646
Fundos de Investimento - Renda Fixa	7.677	359.884	787	3.657	372.005
Fundos de Investimento - Direitos Creditórios	-	7.091	-	-	7.091
TOTAL	390.010	1.020.356	12.533	49.626	1.472.525

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos por plano, segregados e classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”, bem como suas faixas de vencimento:

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO					
	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	3.937.954	1.067.593	-	-	5.005.547

Plano Unificado - Mantidos até o Vencimento					
Nome	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor Contábil**	**Valor Mercado**	**Diferença**
NTN-B	15/05/2015	14.793	37.167	37.812	645
NTN-B	15/05/2035	533.588	1.310.211	1.324.796	14.585
NTN-B	15/05/2045	172.908	423.649	427.343	3.693
NTN-B	15/08/2020	108.150	269.385	275.665	6.280
NTN-B	15/08/2024	114.535	283.349	291.492	8.142
NTN-B	15/08/2030	104.600	265.640	264.519	(1.121)
NTN-B	15/08/2040	268.450	681.611	674.874	(6.737)
NTN-B	15/08/2050	127.250	370.905	319.246	(51.659)
NTN-F	01/01/2017	304.575	296.038	304.892	8.854
			3.937.954	3.920.637	(17.317)

Plano Previdenciário III - Mantidos até o Vencimento					
Nome	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor Contábil**	**Valor Mercado**	**Diferença**
NTN-B	15/08/2020	11.000	28.038	28.038	-
NTN-B	15/08/2024	23.915	59.315	60.864	1.549
NTN-B	15/08/2030	44.800	113.888	113.293	(595)
NTN-B	15/05/2035	42.012	101.573	104.237	2.663
NTN-B	15/08/2040	20.000	49.988	50.279	291
NTN-B	15/05/2045	35.292	82.486	87.224	4.738
NTN-B	15/08/2050	192.371	524.100	482.623	(41.477)
NTN-F	15/08/2050	111.325	108.205	111.441	3.236
			1.067.593	1.037.998	(29.595)

Ao longo do período não houve reclassificações e/ou alienações de títulos públicos federais classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

A Fundação Copel manifesta a intenção de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado ao longo de períodos anteriores e de acordo com a Política de Investimentos.

4.3.2. RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em Renda Variável acumularam, em 2014, rentabilidade negativa nominal de 4,19% para o Plano Unificado, 2,59% no Plano III-Capitalização e 4,42% no Plano III-Mutualismo, enquanto os índices de rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC, são de -9,80%, -8,30% e -10,02%, respectivamente.

Os investimentos estão distribuídos em fundos exclusivos com administração terceirizada e em carteira própria e apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ações	338.001	378.880
Empréstimos de Ações	6.238	22.564
Fundos de Investimentos em Ações	225.566	255.640
TOTAL DA RENDA VARIÁVEL	569.805	657.084

4.3.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

A carteira de investimentos estruturados, cujos totais eram de R$ 40.583 mil em 31/12/2014 e de R$ 9.765 mil em 31/12/2013, é composta pelos fundos: FIP Kinea Private Equity II, BTG Infra II, LACAN Florestal, P2 Infra III e FIP Stratus, todos em fase inicial de captação, o e FIP Investidores Institucionais em fase de desinvestimento.

4.3.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos imobiliários apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2014	31/12/2013
Terrenos	-	178
Imóveis em Construção	4.700	46
Imóveis de Uso Próprio	8.481	5.207
Imóveis Locados	133.666	108.089
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	146.847	113.520

Cumprindo o que determinam o Ofício Circular 18/DECON/SPC de 04/12/2003, a Resolução MPS/CNPC 08/11 e a Instrução MPS/PREVIC 34/2009, a última avaliação da Carteira Imobiliária ocorreu em 12/2014, sendo os laudos de avaliação apreciados e aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 220ª Reunião Extraordinária.

Para fins de segregação real dos ativos do Plano III, em 2013 foram efetuadas avaliações dos terrenos situados em Colíder-MS e do imóvel sito à Rua Hasdrubal Bellegard - Curitiba. Em 2014 foram efetuadas avaliações dos imóveis do Plano Unificado.

O quadro a seguir apresenta o resumo das avaliações apropriadas em dezembro de 2014:

AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS								
DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	DATA LAUDO	DATA CONTÁBIL	AVALIADOR	VALOR AVALIADO	CONTAS RELACIONADAS	RECEITA	EFEITO NO EXERCÍCIO	
							SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
Treze de Maio	26/11/2014	31/12/2014	AVALISUL	R$ 8.930.000,00	D - 123.6.04.01	3.320.492,45	5.167.275,41	8.481.000,00
	05/11/2014		VALORY	R$ 8.032.000,00	C - 516.4.01.00			
KM3	05/11/2014	31/12/2014	VALORY	R$ 106.092.000,00	D - 123.6.04.02	22.406.014,23	80.299.728,15	102.625.150,00
	01/12/2014		DECATUR	R$ 99.158.300,00	C - 516.4.02.00			
Emiliano Perneta	26/11/2014	31/12/2014	AVALISUL	R$ 8.890.000,00	D - 123.6.04.02	3.822.848,01	4.891.476,84	8.708.965,87
	05/11/2014		VALORY	R$ 8.432.000,00	C - 516.4.02.00			

4.3.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações de empréstimos a participantes apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos a Participantes	96.374	93.504
(-) Provisão Para Perdas	(430)	(276)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	95.944	93.228

Esse segmento acumula, em 2014, rentabilidade nominal de 14,41% no Plano Unificado de Benefício Definido, 14,25% no Plano III-Capitalização e 14,30% no Plano III-Mutualismo. A rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC, foi de 7,70% para o Plano Unificado de Benefício Definido, 7,55% no Plano III-Capitalização e 7,60% no Plano III-Mutualismo.

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2014	31/12/2013
BENEFÍCIOS A PAGAR	3	10
PROVISÃO PARA ABONO ANUAL	-	-
RETENÇÕES A RECOLHER	5.603	5.053
OUTRAS EXIGIBILIDADES	5.641	4.202
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	**11.247**	**9.265**

A Conta “Outras Exigibilidades” registra, principalmente, pagamentos recusados, depósitos a identificar e Contas a Pagar. Os primeiros são pagamentos efetivados e devolvidos pelo sistema bancário devido a alguma falha de processo, e totalizavam R$ 235 mil em dezembro de 2014 e R$ 239 em dezembro de 2013. Após a correção da falha o pagamento é reprocessado. Depósitos a identificar registra a contrapartida de recebimentos por via judicial, os quais dependem de identificação do processo de origem e classificação do tipo de receita, e totalizavam R$ 5.364 mil em dezembro de 2014 e R$ 3.922 mil em dezembro de 2013. Na conta “Contas a Pagar” estão registrados os saldos remanescentes de processos judiciais para devolução a Patrocinadoras, os quais totalizavam R$ 41 mil em dezembro de 2014 e R$ 41 mil em dezembro de 2013.

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	31/12/2014	31/12/2013
CONTAS A PAGAR	2.178	1.137
RETENÇÕES A RECOLHER	365	612
TRIBUTOS A RECOLHER	465	-
OUTRAS EXIGIBILIDADES	992	2.019
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**4.000**	**3.768**

Entre os compromissos correntes da Gestão Administrativa, “Contas a Pagar” registra os saldos de provisões e encargos da folha de pagamento de empregados e “Outras Exigibilidades” registra os compromissos com fornecedores e prestadores de serviços.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Os saldos de contingências da gestão previdencial, no valor de R$ 221.354 mil em 31 de dezembro de 2014 e R$ 110.499 mil em 31 de dezembro de 2013, referem-se à provisão para perdas em 100% dos 967 processos judiciais conhecidos até 2014 e classificados como de perda provável, entre as demandas judiciais de beneficiários, tanto de ações trabalhistas contra Patrocinadores, cuja eventual perda possa gerar reflexos financeiros no benefício, quanto de ações diretas contra a Fundação Copel, que solicitam revisão dos benefícios já concedidos.

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O saldo do passivo contingencial administrativo, de R$ 1.251 mil em 31 de dezembro de 2014, refere-se à provisão para perdas em duas ações trabalhistas de ex-empregados da Fundação Copel, classificadas juridicamente como de perda provável. O saldo de R$ 5.053 mil em 31 de dezembro de 2013, refere-se a essa provisão para perdas e também às contingências de PIS e COFINS. Divulga-se a existência de outras duas ações trabalhistas classificadas juridicamente como de perda possível, com montante estimado em R$ 165 mil.

O saldo de contingências de PIS e COFINS decorria dos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discutiu a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir “faturamento” como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%). A partir de março de 2006 até julho de 2013, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais. Em maio/2014 foi pronunciada a decisão judicial final que autorizou o levantamento dos valores depositados. Os valores foram recebidos e as provisões foram revertidas contabilmente.

Ao editar a Lei 12.973/2014 e a IN RFB 1.544/2015 o governo ampliou novamente a base de tributação do PIS e da COFINS a partir do exercício de 2015 e a Fundação Copel precisará ingressar com nova ação judicial para preservar o seu direito de estar isenta dessa obrigação.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

7.1.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Representa o valor presente das reservas de benefícios concedidos e a conceder, calculados com base no regulamento de cada um dos planos, incluindo as provisões necessárias para ajustes, de acordo com a Demonstração Atuarial – DA, emitida pelo atuário independente Mercer Consulting. O atuário independente faz a avaliação anual do plano e define o plano de custeio para o exercício seguinte.

Os saldos das Provisões Matemáticas, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, correspondentes ao Plano Unificado de Benefício Definido e ao Plano Previdenciário III, apresentaram a seguinte composição:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/12/2014	31/12/2013
Plano Unificado	3.977.081	3.816.094
Plano III	1.198.304	1.071.782
	5.175.385	4.887.876

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/12/2014	31/12/2013
Geração Atual		
Plano Unificado - Programados	415.720	375.144
Plano III - Programados	1.350.368	1.157.351
(-) Contribuições Futuras - Plano Unificado - Programados	-	(2.965)
Plano Unificado - Não Programados	327	478
Plano III - Não Programados	110.744	97.606
(-) Contribuições Futuras - Plano Unificado - Não Programados	(30)	(61)
(-) Contribuições Futuras - Plano III - Não Programados	(38.831)	(34.461)
	1.838.298	1.593.092
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.013.683	6.480.968

7.1.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O saldo do Equilíbrio Técnico corresponde à suficiência patrimonial acumulada e transitória, constituída em reserva de contingência relativa aos planos de benefícios, como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
PLANO UNIFICADO		
Superávit Técnico no início do exercício	195.952	482.248
Resultado líquido do exercício	47.493	(286.296)
SUPERÁVIT TÉCNICO NO FINAL DO EXERCÍCIO	243.445	195.952

	31/12/2014	31/12/2013
PLANO III		
Superávit Técnico no início do exercício - Plano III-CV	2.733	88.394
Resultado líquido do exercício	(46.088)	(85.661)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) TÉCNICO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(43.355)	2.733

Conforme artigo 20 da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o superávit apurado até o limite de vinte e cinco por cento das reservas matemáticas destina-se à constituição de Reserva de Contingência.

O superávit técnico acumulado no Plano Unificado de Benefício em 31 de dezembro de 2014 tem a destinação de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial no que se refere à mortalidade e ao retorno dos investimentos.

A partir de dezembro de 2011 a Fundação Copel adotou a tábua de mortalidade AT-2000 segregada por sexo, em substituição à tábua AT-83, por ser mais conservadora para mortalidade geral, implicando em aumento de aproximadamente 2,5 anos na expectativa de vida média dos homens e de aproximadamente 6,5 anos para as mulheres em relação à tábua anterior. Já em dezembro de 2013 passou a adotar as tábuas “Winklevoss” e “Álvaro Vindas” respectivamente para calcular atuarialmente a mortalidade de inválidos e a entrada em invalidez, em substituição às tábuas AT-49 e Light média, tendo em vista os melhores resultados obtidos nos testes de aderência à massa de participantes dos planos.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 09/2012 e após apreciar estudo técnico elaborado pela Mercer Consulting, a Fundação Copel reduziu a taxa de juros utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, de 6% a.a. para 5,75% a.a., para os dois planos previdenciários em 31 de dezembro de 2013, e de 5,75% a.a. para 5,5% a.a., para o Plano III em dezembro de 2014. Essa medida conservadora obrigatória projeta maior necessidade de provisões matemáticas e contribuiu significativamente para os resultados líquidos negativos apurados nos exercícios de 2013 e 2014.

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014, a Fundação Copel, baseada nos estudos de ALM dos planos, solicitou autorização da PREVIC para manter a taxa real de juros do Plano Unificado em 5,75% a.a., sendo essa autorização formalizada pelo Ofício nº 602/2015/CGMA/CGMI//DIACE/PREVIC.

7.1.3. FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Corresponde aos fundos do Plano Pecúlio e do Plano III, cujo acréscimo em 2014 foi de R$ 5.806 mil, e no ano de 2013 foi de R$ 1.881 mil.

O Fundo do Plano Pecúlio é constituído pela diferença entre as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e os benefícios pagos. O saldo era de R$ 12.404 mil em 31 de dezembro de 2014, e de R$ 10.610 mil em 31 de dezembro de 2013.

O Fundo do Plano III corresponde ao saldo da conta anteriormente denominada Oscilação de Riscos, no valor de R$ 26.997 mil em 31 de dezembro de 2014, e de R$ 22.985 em 31 de dezembro de 2013. Essa conta registra a reversão das contribuições das Patrocinadoras nos casos de resgate antecipado de reserva de poupança por parte de Participantes Ativos, e também a reversão do montante da reserva de poupança nos casos de falecimento do Participante Ativo que não deixe dependente(s) ou pessoa(s) designada(s), conforme previsto no regulamento do Plano.

7.1.4. FUNDOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem aos fundos constituídos com a diferença positiva apurada entre as receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, destinados a atender aos gastos administrativos dos planos previdenciários da Fundação Copel:

	31/12/2014	31/12/2013
PARTICIPAÇÃO DO PLANO UNIFICADO NO PGA	16.444	292
PARTICIPAÇÃO DO PLANO III NO PGA	39.630	34.697
PARTICIPAÇÃO DO PLANO PECÚLIO NO PGA	220	83
FUNDO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-PGA	56.294	35.072

O aumento significativo verificado na participação do Plano Unificado no PGA decorre de deliberação tomada na 212ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, em fevereiro de 2014, a qual autorizou o repasse mensal de até 3% da rentabilidade do Plano Unificado para o PGA, com a finalidade de formar um fundo que seja suficiente para atender às necessidades de gastos administrativos do plano.

8. RECURSOS COLETADOS PELA GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2014	31/12/2013
CORRENTES		
Patrocinadoras	76.477	84.890
Participantes	85.443	95.932
Autofinanciados	1.890	1.863
Provisão p/Contribuições s/Abono Anual	9.774	-
Outros Recursos Correntes	112	42
	173.696	182.727
PORTABILIDADE	308	723
OUTRAS ADIÇÕES	110.580	48.598
TOTAL DOS RECURSOS COLETADOS	284.584	232.048

A contribuição para custeio administrativo faz parte dos recursos correntes coletados e é registrada como destinação de recursos para a Gestão Administrativa, no valor de R$ 11.884 mil em 2014, e de R$ 11.987 mil em 2013.

A conta “Outras Adições” passou a registrar, a partir de dezembro de 2013, a contrapartida dos valores provisionados como recursos a receber das Patrocinadoras referentes às eventuais perdas em demandas trabalhistas que resultem em revisão dos benefícios concedidos, no valor de R$ 109.794 mil em 2014, e de R$ 45.751 mil em 2013.

9. RECURSOS UTILIZADOS PELA GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2014	31/12/2013
CORRENTES		
Benefícios de Prestação Continuada	401.767	343.435
Benefícios de Prestação Única	8.274	7.709
	410.041	351.144
RESGATE DE RESERVAS	2.727	1.966
PORTABILIDADE	114	82
COMPENSAÇÕES DE FLUXOS PREVIDENCIAIS	331	-
OUTRAS DEDUÇÕES	913	798
TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS	414.126	353.990

A conta “Outras Deduções” passou a registrar, a partir de janeiro de 2013, os gastos com tarifas de Custódia dos Investimentos, anteriormente apropriados à Gestão Administrativa, com o objetivo de melhor evidenciar o resultado líquido dos Planos.

10. GESTÃO ADMINISTRATIVA

10.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/09, o montante anual de recursos destinados ao plano de gestão administrativa não poderá exceder a 1% do montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios (taxa de administração) ou 9% da soma das contribuições e dos benefícios dos planos (taxa de carregamento).

O Conselho Deliberativo estabeleceu o limite anual de 3% até 2013 e 5% a partir de 2014, para a taxa de carregamento da entidade, sendo que em 2014 o resultado foi de 5,00% e no ano de 2013 foi de 2,40%.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA compreende as despesas com administração da Gestão Previdencial e da Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos.

A Fundação Copel elaborou sistema de distribuição das despesas administrativas por Centros de Custos de atividades, os quais foram classificados como diretos e indiretos, a saber: os diretos são aqueles em que são alocados os gastos exclusivos da administração direta dos Planos; os indiretos alocam os demais gastos de administração da

Entidade e são rateados de acordo com o grau de comprometimento das atividades em relação aos Planos. As despesas administrativas são segregadas aos Planos conforme a participação de cada um nos investimentos (despesas de administração de investimentos) e de acordo com o número de participantes de cada plano (despesas de administração previdenciária).

No decorrer do ano de 2013 houve a contratação de um serviço de consultoria específico para avaliar e aperfeiçoar o sistema de distribuição dos custos administrativos. Esse trabalho resultou na redefinição dos percentuais de alocação dos gastos indiretos e na atribuição de “pesos” às classes de investimentos de cada plano, bem como atribuiu grau de esforço necessário para administrar os gastos de cada tipo de participante. Durante o ano de 2014 já podem ser verificadas variações nos gastos segregados, decorrentes desse trabalho, aumentando os custos administrativos previdencial e de investimentos e reduzindo o custo administrativo assistencial.

O custeio administrativo do Plano Unificado e do Plano III é coberto por contribuições das Patrocinadoras e dos Participantes, Ativos e Assistidos, conforme definido no plano de custeio do Demonstrativo Atuarial de cada plano de benefícios, emitido pelo atuário externo Mercer Consulting.

O custeio administrativo do Plano Pecúlio está incluso no valor do prêmio mensal, que é pago somente pelos participantes. Até março/2013 foi transferido a esse título o montante equivalente a 2% das contribuições ao plano. A partir de abril/2013 esse percentual passou para 3%, conforme plano de custeio definido na avaliação atuarial.

O custeio administrativo assistencial está incluso nas contraprestações mensais e o Plano Assistencial faz o reembolso direto do montante das despesas de administração assistencial apuradas pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA.

11. GESTÃO ASSISTENCIAL

11.1. ATIVOS E PASSIVOS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

O Balanço Patrimonial consolidado, elaborado conforme o padrão estabelecido nos normativos contábeis emanados da PREVIC apresenta apenas os totais do Ativo e do Passivo assistenciais, porém existem transações entre as Gestões e estas são consolidadas por ocasião da elaboração do balanço.

Apresenta-se abaixo o quadro de conciliação entre os totais do Balanço Consolidado e do Balanço elaborado no padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar –ANS:

	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO		
Demonstrações PREVIC	173.671	156.013
Montante a Receber da Gestão Previdencial	1.631	1
DEMONSTRAÇÕES ANS	175.302	156.014
PASSIVO		
Demonstrações PREVIC	173.238	154.220
Montante a Pagar para a Gestão Administrativa	2.064	1.794
DEMONSTRAÇÕES ANS	175.302	156.014

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A operação e administração totalmente segregadas dos Planos Previdenciários, da Gestão Administrativa e do Plano PROSAUDE II frequentemente criam situações em que um plano pode ter, temporariamente, créditos ou débitos em relação a outro(s) plano(s), os quais são apropriados na devida data de competência e financeiramente quitados no menor prazo possível. Por ocasião da elaboração das Demonstrações Consolidadas esses saldos são eliminados, já que são débitos e créditos que se anulam, permitindo que as Demonstrações Consolidadas representem fielmente os saldos dos Bens, Direitos e Compromissos da Entidade. O quadro a seguir apresenta o conjunto dos

Balanços por Plano/Gestão e as eliminações necessárias para se chegar ao Balanço Consolidado de 2014:

	PLANO UNIRCADO	PLANO III	PLANO PECÚLIO	PGA	ASSISTENCIAL	Eliminações	BALANÇO CONSOLIDADO
ATIVO	**4.791.452**	**2.755.748**	**12.761**	**61.554**	**175.302**	**(75.458)**	**7.721.359**
DISPONÍVEL	**4**	**249**	**2**	**6**	**-**	**-**	**261**
REALIZÁVEL	**4.791.448**	**2.755.499**	**12.759**	**55.660**	**-**	**(73.828)**	**7.541.538**
GESTÃO PREVIDENCIAL	115.819	105.961	7	-	-	(12.334)	209.453
Recursos a Receber	-	338	-	-	-	-	338
Adiantamentos	67	-	-	-	-	-	67
Depósitos Judiciais	776	948	-	-	-	-	1.724
Outros Realizáveis	114.976	104.675	7	-	-	(12.334)	207.324
GESTÃO ADMINISTRATIVA	16.444	39.631	220	6.032	-	(61.494)	833
Participação fundo Administrativo	16.444	39.631	220	-	-	(56.294)	1
Contas a Receber	-	-	-	475	-	-	475
Despesas Antecipadas	-	-	-	244	-	-	244
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros Realizáveis	-	-	-	5.313	-	(5.200)	113
INVESTIMENTOS	4.659.185	2.609.907	12.532	49.628	-	-	7.331.252
PERMANENTE	**-**	**-**	**-**	**5.888**	**-**	**-**	**5.888**
GESTÃO ASSISTENCIAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**175.302**	**(1.630)**	**173.672**
PASSIVO	**4.791.452**	**2.755.748**	**12.761**	**61.554**	**175.302**	**(75.458)**	**7.721.359**
EXIGÍVEL OPERACIONAL	**7.999**	**21.004**	**136**	**4.009**	**-**	**(17.100)**	**16.048**
GESTÃO PREVIDENCIAL	7.992	20.209	136	-	-	(17.091)	11.246
Benefícios a Pagar	-	3	-	-	-	-	3
Retenções a Recolher	4.663	940	-	-	-	-	5.603
Outras Exigibilidades	3.329	19.266	136	-	-	(17.091)	5.640
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	4.009	-	(9)	4.000
Contas a Pagar	-	-	-	2.178	-	-	2.178
Retenções a Recolher	-	-	-	365	-	-	365
Tributos a Recolher	-	-	-	465	-	-	465
Outras Exigibilidades	-	-	-	1.001	-	**(9)**	992
INVESTIMENTOS	7	795	-	-	-	-	802
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**130.467**	**90.886**	**-**	**1.251**	**-**	**-**	**222.604**
GESTÃO PREVIDENCIAL	130.467	90.886	-	-	-	-	221.353
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	1.251	-	-	1.251
PATRIMÔNIO SOCIAL	**4.652.986**	**2.643.858**	**12.625**	**56.294**	**-**	**(56.294)**	**7.309.469**
PATRIMÔNIO COBERTURA PLANO	4.636.542	2.577.230	-	-	-	-	**7.213.772**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.393.098	2.620.585	-	-	-	-	7.013.683
EQUILÍBRIO TÉCNICO	243.444	(43.355)	-	-	-	-	200.089
FUNDOS	16.444	66.628	12.625	56.294	-	(56.294)	95.697
Fundos Previdenciais	-	26.997	12.405	-	-	-	39.402
Fundos Administrativos	16.444	39.631	220	56.294	-	(56.294)	56.295
GESTÃO ASSISTENCIAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**175.302**	**(2.064)**	**173.238**

Os saldos de Outros Realizáveis e Outras Exigibilidades entre as Gestões Previdencial, Administrativa e Assistencial referem-se a, por exemplo, contribuições e despesas dos planos cobradas via folha de aposentados, ou despesas pagas pela gestão administrativa comum que são objeto de rateio no sistema de distribuição de custos. Esses valores são apropriados por competência e quitados financeiramente logo após o encerramento contábil mensal.

12.2. AÇÃO JUDICIAL SOBRE OS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS INCIDENTES SOBRE OFND

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, representando suas associadas, ajuizou, em junho de 1986, ação contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, questionando a mudança de critério de correção de títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária requerida refere-se ao período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A Ação foi julgada favorável à ABRAPP e, em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado.

A Fundação Copel, como associada da ABRAPP faz parte dessa ação e decidiu, com base no princípio contábil da prudência, não registrar os valores provenientes da ação contra o FND por entender que, apesar do trânsito em julgado, ainda não há uma estimativa confiável dos valores que serão recebidos e nem de quando tal fato ocorrerá.

12.3. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com base em avaliação técnica e são considerados suficientes (afirmação não auditada pelos auditores independentes) para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros (incêndio, raio e explosão) envolvendo as edificações de propriedade da Fundação.

12.4. AÇÕES JUDICIAIS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Todas as reclamatórias trabalhistas de ex-empregados das patrocinadoras da Fundação Copel, que recebem benefícios desta, e que resultem em ganhos de natureza salarial, geram reflexos na renda dos benefícios previdenciários.

Conforme estabelece o contrato de adesão aos planos previdenciários, as patrocinadoras assumem os encargos decorrentes do recálculo do benefício, tanto em relação aos valores retroativos, calculados conforme a sentença judicial, quanto à reserva matemática necessária para garantir o benefício futuro.

Não obstante essa garantia, a Fundação Copel desenvolveu, a partir do exercício de 2012, plano de ação para classificar e mensurar os reflexos financeiros das referidas ações trabalhistas nas reservas matemáticas. Dos 1.551 processos conhecidos até 31 de dezembro de 2014 classificados como perda provável, para 967 foram constituídas provisões de passivos (nota 6.1) e ativos (nota 4.1) contingentes, já que essas perdas, se ocorrerem, serão integralmente reembolsadas pelas patrocinadoras. As provisões para perdas com tais processos em 2014 totalizam R$ 111.762 mil no Plano Unificado de Benefício Definido e R$ 90.886 mil no Plano III. Para os demais 584 processos ainda não foram constituídas as respectivas provisões devido à ausência dos valores envolvidos em cada processo.

As reclamatórias trabalhistas classificadas como de perda possível, no total de 34 ações em 2014 (27 em 2013), tem montante estimado em R$ 1.632 mil para o Plano Unificado de Benefício Definido e R$ 181 mil para o Plano III.

As demandas judiciais diretas contra a Fundação Copel, que buscam, por diversos motivos, a revisão de benefícios já concedidos no Plano Unificado de Benefício Definido, também foram valoradas e classificadas, sendo provisionado o montante de R$18.706 mil referentes a 226 ações conhecidas até 2014 (R$ 17.646 mil referente a 227 ações em 2013). Outras 6 ações judiciais com risco de perda possível têm montante estimado em R$ 250 mil em 2014 (idem em 2013). Tais demandas, se perdidas, não serão objeto de reembolso pelas Patrocinadoras, portanto não há provisão de receita equivalente.

12.5. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Fundação Copel teve sua imunidade tributária reconhecida em 1985 perante a 3ª Vara de Justiça Federal de Curitiba e confirmada, posteriormente, pelo Plenário do extinto Superior Tribunal de Justiça - STJ, com trânsito em julgado em 08 de março de 1989.

A ação requerida na vigência da Constituição Federal de 1967 protegeu a Fundação Copel quanto à tributação relativa ao imposto de renda na fonte decorrente do Decreto-Lei nº 2.065/83, tendo sido confirmada a sentença em todas as instâncias superiores. Ficou ali assentado também que a imunidade que a protegia estendia-se não só ao citado Decreto-Lei, como também a outros diplomas legais de natureza ordinária que viessem a substituí-lo (julgado em 27 de março de 1985, com trânsito em julgado em 19 de agosto de 1991, na AC nº 93.04.24424-2-PR).

Conforme o artigo 17 da Instrução Normativa nº 588 de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2005, as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos não estão sujeitas ao imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

13.1. RESOLUÇÕES CNPC Nº 15/2014 E 16/2014

No dia 24 de novembro de 2014 foram publicadas as Resoluções CNPC nº 15/2014 e 16/2014, que estabelecem novas regras de precificação do

passivo atuarial, alterando a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Resolução CNPC 9/2012.

Essa nova normatização, com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015 e facultativa para o encerramento do exercício de 2014, acarretará uma série de mudanças na gestão atuarial dos planos de benefícios, dispondo sobre procedimentos a serem observados na apuração do resultado dos planos, na destinação e utilização do superávit e no equacionamento de déficit.

Devido à extensão das alterações demandadas e buscando o correto entendimento de todas as consequências dessas alterações, a Fundação Copel decidiu aplicar as regras da nova normatização somente a partir do exercício de 2015.

Curitiba, 11 de março de 2015.

LINDOLFO ZIMMER	PAULO CÉZAR DA SILVA MACHADO
Presidente	Diretor de Administração e Seguridade

JOSÉ CARLOS LAKOSKI	JOÃO MARIA DA SILVA DE LIMA
Diretor Financeiro	Contador CO.CRC-PR 30444/O-3

INVESTIMENTOS

As Políticas de Investimentos visam definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Fundação Copel nos diversos segmentos de aplicação. As políticas são elaboradas com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para manter o equilíbrio dos planos e assegurar a constituição de reservas suficientes para atingir o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos participantes.

A construção da política leva em consideração o cenário econômico atual e projetado para 60 meses, o princípio da diversificação e a estratégia de macroalocação de ativos, que é parametrizada com base nos compromissos atuariais (ALM – *Asset Liability Management*), para os planos previdenciários de prestação de benefícios continuada.

Os limites e critérios estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

As Políticas de Investimentos serão revisadas sempre que houver necessidade, sob coordenação da Diretoria Executiva, sendo encaminhadas à apreciação e recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

A elaboração das Políticas de Investimentos foram conduzidas pela Diretoria Executiva, submetidas ao Comitê de Investimentos e aprovadas pelo Conselho Deliberativo,

conforme consta das Atas da 208ª Reunião Extraordinária e da 192ª Reunião Ordinária, de 30/10/2013 e 10/06/2014, respectivamente.

DESPESAS CONSOLIDADAS	
GESTÃO PRÓPRIA	**R$ Mil**
DESPESAS DPGI	2.537
PESSOAL E ENCARGOS	2.010
SERVIÇOS DE TERCEIROS	399
Informática	111
Consultoria econômico-financeira	251
Limpeza e conservação predial	8
Reprografia	8
Outros	21
DESPESAS GERAIS	108
Aluguel	23
Viagens e estadias	38
Telecomunicações (dados)	16
Tarifas SELIC, CETIP, CBLC	15
Tributos municipais	14
Outros	2
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	21
CORRETAGEM	56
EMOLUMENTOS	36
CUSTÓDIA	603
TOTAL GESTÃO PRÓPRIA	**3.233**

GESTÃO TERCEIRIZADA	R$ Mil
Corretagem	27
Taxa de Performance	600
Taxa de Administração	3.293
Custódia	92
Auditoria	22
Outras Taxas	729

TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	**4.763**
TOTAL DE DESPESAS	**7.996**

As despesas com a gestão própria (Departamento de Gestão de Investimentos - DPGI) de 2014 foram alocadas aos planos administrados pela Fundação Copel considerando o total de ativos de cada plano, o custo total de cada segmento e a alocação dos recursos dos planos entre os segmentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

RESUMO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS	R$ mil	
	2014	
Despesas com Pessoal	11.910	
Conselhos Deliberativo e Fiscal		198
Diretoria Executiva		1.155
Pessoal Próprio		10.538
Mão de Obra Terceirizada		19
Despesas com Serviços de Terceiros	1.374	
Auditoria Contábil		26
Consultoria Atuarial		91
Consultoria Jurídica		961
Consultoria Econômico-Financeira		260
Serviços Administrativos		36
Outros Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	4.992	
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL	18.276	

PARECERES ATUARIAIS

1. PLANO III

MERCER

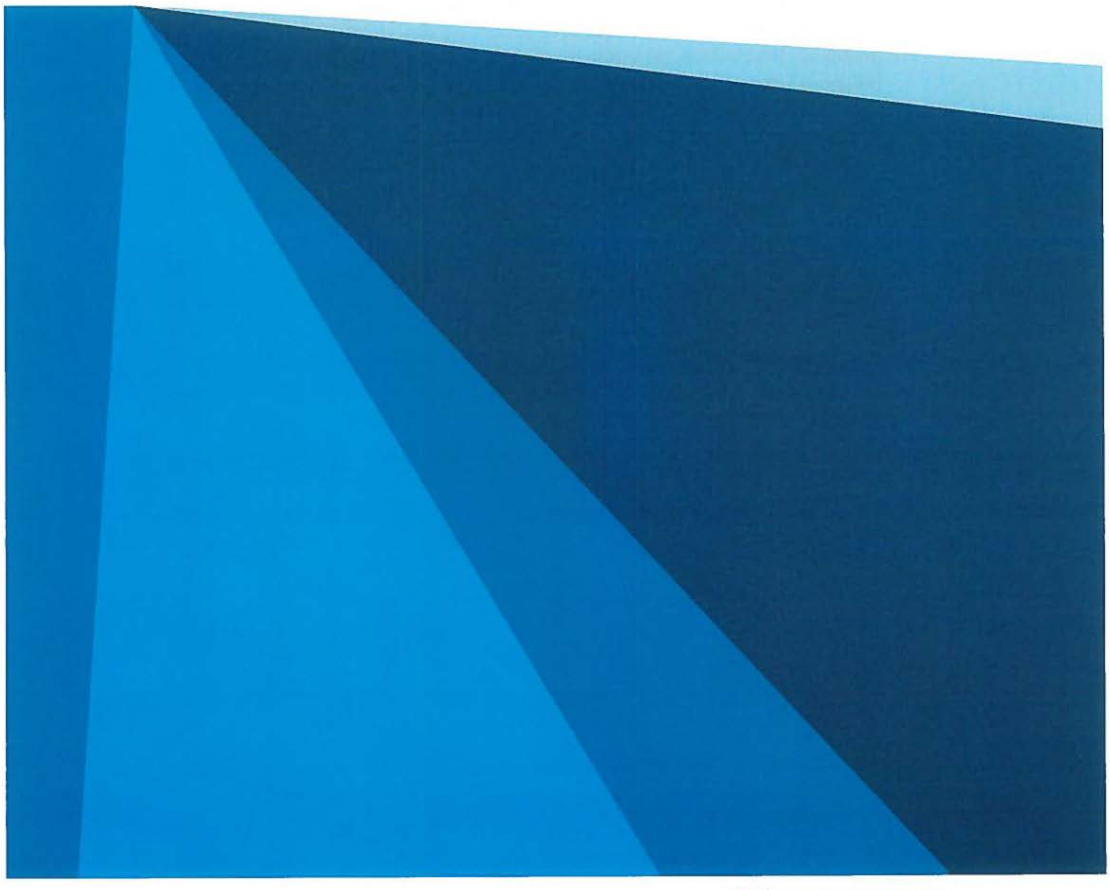
TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS III

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

SÃO PAULO, 11 DE MARÇO DE 2015



MARSH & McLENNAN COMPANIES

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos .....

2. Dados Cadastrais .....
   - Participantes Ativos.....
   - Participantes Autopatrocinados.....
   - Participantes em Benefício Proporcional Diferido.....
   - Participantes Aposentados e Pensionistas.....

3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados .....
   - Descrição Geral .....
   - Principais Riscos Atuariais e Adequação dos Métodos, Regimes e Hipóteses Atuariais Utilizados.....

4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas.....
   - Variação nas Provisões Matemáticas.....
   - Natureza do Resultado.....

5. Plano de Custeio.....
   - Custos.....
   - Contribuições .....
   - Evolução dos Custos .....
   - Vigência do Plano de Custeio .....

6. Limite Legal das Despesas .....

7. Conclusão.....

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Benefícios Previdenciários III (Plano III), CNPB 19.980.052-83, administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do citado plano de benefícios, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2014 da Fundação COPEL.

Informamos que o Plano III está estruturado na modalidade de contribuição variável e encontra-se aberto para novas inscrições de participantes e seus dependentes em 31/12/2014.

O presente Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA - Demonstração Atuarial de encerramento do exercício de 2014, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2015, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios além daqueles previstos nas disposições regulamentares do Plano III;

2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Registramos que os resultados apresentados no capítulo 4 deste Parecer Atuarial já foram antecipados para os auditores contábeis da Fundação COPEL, por meio de documento datado de 6 de março de 2015.

Para a obtenção dos resultados atuariais anteriormente mencionados são utilizadas inúmeras premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano III ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Sugerimos que este documento permaneça arquivado na Fundação COPEL pelo prazo mínimo de 5 anos.

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistências apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data base desses dados foi 31/07/2014.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data base dos dados. Também para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações referentes ao ano anterior, cuja data base foi 31/07/2013. Para melhor entendimento da situação vale destacar que:

1. A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade ou tempo médio estão na data base dos dados de cada ano, ou seja, 31/07/2014 e 31/07/2013;

2. Os valores monetários relativos aos participantes ativos, autopatrocinados, aposentados e pensionistas são aqueles das bases de dados originais. Para os participantes ativos e autopatrocinados tais valores estão posicionados no dissídio anterior a 31/07/2014 ou 31/07/2013, conforme o caso. Para os participantes aposentados e pensionistas estes valores foram corrigidos pela Fundação COPEL desde o dissídio anterior até 31/07/2014 ou 31/07/2013, conforme aplicável. Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários são atualizados para a data base da respectiva avaliação atuarial, isto é, 31/12/2014 ou 31/12/2013, e apresentados no conceito de capacidade;

3. Foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva(o) e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista.

Participantes Ativos

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	9.442	9.984
– Idade Média	39,8 anos	39,8 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	11,7 anos	12,0 anos
– Salário de Participação Médio Mensal	R$ 5.859	R$ 5.517
– Folha Anual do Salário de Participação (13x)	R$ 718.956.165	R$ 716.114.457

Participantes Autopatrocinados

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	582	588
– Idade Média	36,7 anos	35,9 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	8,9 anos	8,4 anos
– Salário de Participação Médio Mensal	R$ 3.434	R$ 3.417
– Folha Anual do Salário de Participação (13x)	R$ 25.981.795	R$ 26.120.048

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	145	132
– Idade Média	40,1 anos	41,7 anos
– Benefício Mensal Médio	-(*)	-(*)

(*) O valor do benefício será apurado na data de início de seu pagamento, conforme previsto no regulamento do Plano III.

Participantes Aposentados e Pensionistas

Descrição	07/2014	07/2013
– Aposentados		
▪ Número	2.922	2.294
▪ Idade Média	58,4 anos	58,4 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 2.022	R$ 1.678
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 76.815.504	R$ 50.041.316
– Aposentados Inválidos		
▪ Número	162	152
▪ Idade Média	54,3 anos	53,6 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 1.024	R$ 968
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 2.156.056	R$ 1.912.768
– Pensionistas		
▪ Número	191	170
▪ Idade Média	50,6 anos	51,5 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 1.227	R$ 1.229
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 3.046.555	R$ 2.716.090
– Total		
▪ Número	3.275	2.616
▪ Idade Média	57,7 anos	58,0 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 1.926	R$ 1.607
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 82.018.115	R$ 54.670.174

3

Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Descrição Geral

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas deste plano (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados), devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes, a partir da data em que forem devidos.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e, consequentemente, acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação (geralmente igual ao tempo de serviço total do participante), aumentando significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/provisões matemáticas. É importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, isto é, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/provisão matemática a partir da data de início de pagamento do benefício.

Para se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento; crescimento salarial; reajuste dos benefícios do plano e do INSS etc.) e também as de caráter biométrico (mortalidade de válidos e inválidos; entrada em invalidez; rotatividade; idade de aposentadoria; estado civil; número de dependentes, etc.), entre outras.

Ressalte-se que para a determinação das hipóteses atuariais e financeiras ora referidas, o atuário deve buscar o equilíbrio entre "complexidade de determinação" e "materialidade", não se exigindo a utilização de hipóteses muito refinadas, caso estas, inequivocamente, afetem de forma pouco significativa os resultados da avaliação atuarial (custos normais esperados para o próximo exercício e reservas/provisões matemáticas necessárias para os pagamentos de benefícios) do plano de benefícios em estudo.

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta, pagamento de benefícios diferentes do esperado, imposições legais, adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que a avaliação atuarial de um plano de benefícios tem por objetivo estimar sua situação atuarial e financeira em um dado momento no tempo e pressupõe o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano III, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou sobre qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano III apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam os resultados da avaliação atuarial de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Taxa Real Anual de Juros [1]	5,50% ao ano
– Projeção de Crescimento Real de Salário [1], [2]	2,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS [1]	0,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano [1]	0,00% ao ano
– Fator de Capacidade para os Salários	1,0000 x Salário Real de Benefício 0,9777 x Salário Real de Contribuição
– Fator de Capacidade para os Benefícios	0,9777
– Hipótese sobre Rotatividade [3]	Nula
– Tábua de Mortalidade Geral [4]	AT-2000
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
– Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro-Vindas
– Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria
– Composição Familiar	– Ativos: 85% de casados, com mulher 4 anos mais jovem e 2 filhos [5] – Aposentados: Composição real informada
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	N.A.

[1] O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[2] A hipótese de crescimento salarial adotada foi definida pelas patrocinadoras, levando-se em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros para o longo prazo.

[3] A hipótese de rotatividade adotada foi definida pelas patrocinadoras, de forma conservadora, com base na expectativa futura de longo prazo sobre admissões e desligamentos de participantes do Plano III.

[4] A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pela SOA - Society of Actuaries, entidade americana similar ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, e atende ao item 2 da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores, Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014.

[5] Idade dos filhos definida como sendo igual à: [(Idade do Titular)/2]-12.

Principais Riscos Atuariais e Adequação dos Métodos, Regimes e Hipóteses Atuariais Utilizados

Os principais riscos atuariais do Plano III estão concentrados nas hipóteses sobre rentabilidade futura (taxa real anual de juros), projeção de crescimento real de salários, mortalidade geral e de inválidos e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que a hipótese para a taxa real de juros foi reduzida de 5,75% ao ano, utilizada para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 do Plano III, para 5,50% ao ano para o encerramento do exercício de 2014.

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 estão baseadas em estudo de aderência de hipóteses elaborado pela Fundação COPEL, cuja cópia foi encaminhada à Mercer para análise, e em estudo de ALM, elaborado pela área investimentos da Mercer, considerando o cenário econômico vigente no Brasil.

Em relação ao estudo de ALM, destacamos o que segue:

1. Foi elaborado de forma a identificar a taxa de retorno da carteira atual do Plano III a partir da projeção dos ativos líquidos de despesas administrativas e do fluxo de caixa de seu passivo atuarial (pagamento de benefícios líquidos de contribuições previdenciárias);

2. Ficou demonstrado que, considerando-se a carteira atual do Plano III e as limitações legais vigentes, a taxa real anual de juros de 5,5% ao ano é adequada para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014;

3. O percentual utilizado como hipótese para a taxa real anual de juros respeita o limite máximo legal estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores. Cabe esclarecer que, neste momento, a Fundação COPEL optou por não adotar as disposições facultativas da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014.

Como previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis ao Plano III encontram-se arquivadas na Fundação COPEL, à disposição dos participantes, assistidos, patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente, informamos que para a presente avaliação atuarial do Plano III, realizada com data base em 31/12/2014, foram adotados os seguintes regimes financeiros e métodos atuariais, que não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013:

1. Aposentadorias e institutos (modalidade de contribuição definida): Regime financeiro de capitalização. De forma geral, este regime financeiro estabelece que o custo normal dos benefícios em um dado ano é igual ao valor das contribuições definidas em regulamento para aquele mesmo exercício;

2. Aposentadoria por invalidez e pensão por morte de ativo (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de capitalização, método de crédito unitário projetado. Este método atuarial determina que o valor presente dos compromissos futuros com o pagamento de benefícios seja acumulado de forma linear durante a carreira ativa do participante, via pagamento do custo normal de cada ano;

3. Pecúlio por morte e auxílio-doença (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor das contribuições em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício.

Também cabe registrar que o regulamento do Plano III não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;

2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;

3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano III em vigor em 31/12/2014; e

4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano III foram discutidos com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano III, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2014.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

1. A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano III ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL;

2. Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas, o regulamento vigente do Plano III e as hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial;

3. Entre a data base dos dados e 31/12/2014 vários participantes adquiriram a condição de aposentados. Para este grupo, as provisões matemáticas foram calculadas como se participantes ativos fossem, sendo, então, transferidas e registradas na rubrica de benefícios concedidos.

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.643.857.643,68
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.577.230.167,73
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.620.585.014,81
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.198.304.275,18
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.198.304.275,18
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.125.838.857,68
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	72.465.417,50
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.422.280.739,63
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	1.350.368.261,23
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	657.866.346,51
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	692.501.914,72

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	71.912.478,40
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	110.743.989,64
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	19.415.755,62
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	19.415.755,62
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(43.354.847,08)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(43.354.847,08)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	43.354.847,08
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	66.627.475,95
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	26.996.816,54
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	26.996.816,54
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	39.630.659,41
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Em relação à estruturação das provisões matemáticas, observamos ainda o que segue:

1. No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão do benefício em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

2. A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

3. A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);

4. A provisão referente à pensão por morte de participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Por fim, gostaríamos de registrar que o Superávit Técnico Acumulado do Plano III sofreu redução significativa entre os encerramentos dos exercícios de 2013 e 2014, passando de R$ 2.733.053,00 para um Déficit Técnico Acumulado de R$ 43.354.847,08, de natureza conjuntural. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior a meta atuarial e as perdas atuariais resultantes da redução da hipótese para a taxa real anual de juros.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática, reavaliada utilizando-se as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2013, quando comparada com a provisão matemática evoluída considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

Considerando que este é o primeiro ano de apuração de déficit, que o valor apurado neste exercício foi inferior a 10% do total das provisões matemáticas e que o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício de 2015, não há previsão de equacionamento de tal déficit durante a vigência do plano de custeio apresentado no capítulo 5 deste Parecer Atuarial. Na avaliação atuarial de 31/12/2015, caso seja verificada a manutenção da situação deficitária, será analisada a necessidade de apresentar plano para seu equacionamento.

5

Plano de Custeio

Custos

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) e das despesas administrativas do Plano III foram utilizados os regimes financeiros e métodos atuariais referidos no Parecer Atuarial, como segue:

1. Despesas administrativas e benefícios de pecúlio por morte e auxílio-doença: Utilizou-se o regime financeiro de repartição simples;

2. Demais benefícios definidos: Utilizou-se o método atuarial de crédito unitário projetado;

3. Benefícios na modalidade de contribuição definida: Utilizou-se o regime financeiro de capitalização.

Todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados preveem o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

A tabela a seguir apresenta o plano de custeio do Plano III para participantes e patrocinadoras.

Benefícios e Despesas Administrativas	Custo em % da Folha Anual do Salário de Participação [1]	Contribuição Anual em R$
– Aposentadorias	17,60%	133.015.743,00
– Invalidez	0,41%	3.145.494,96
– Pensão por Morte	0,31%	2.342.309,48
– Auxílio-Doença	0,05%	377.791,85
– Pecúlio por Morte	0,24%	1.813.400,89
– Total de Benefícios	18,62%	140.694.740,18
– Despesas Administrativas	1,45% [2]	10.919.136,74
– Total	20,07%	151.613.876,92

[1] Folha Anual do Salário de Participação: R$ 755.583.705, no conceito capacidade. Esta folha reflete valores de 12/2014 e é diferente dos valores apresentados no capítulo 2 do Parecer Atuarial.

[2] Conforme demonstrado a seguir, o percentual efetivamente contribuído deverá ser refletido na folha aplicável de cada grupo.

Os valores monetários da tabela anterior são apresentados no conceito de capacidade e estão posicionados em 31/12/2014. Para os benefícios definidos, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha do salário de participação. Para os benefícios na modalidade de contribuição definida, os valores das contribuições para participantes e patrocinadoras poderão apresentar variações em Reais e em % da folha do salário de participação em função das condições de adesão e valores efetivos do salário real de contribuição dos participantes.

A contribuição para custeio da despesa administrativa apresentada na tabela acima reflete fielmente o valor orçado pela Fundação COPEL para o Plano III e deverá ser rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras.

Alternativamente à realização das contribuições para o custeio administrativo previstas neste plano de custeio, e respeitadas as disposições regulamentares vigentes, poderão ser adotadas, em conjunto ou isoladamente, as seguintes formas de cobrança dessas contribuições, previstas na Resolução nº 29/2009:

1. Taxa de administração a incidir sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios; ou

2. Taxa de carregamento a incidir sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

Respeitadas as diretrizes legais aplicáveis, informamos que o fundo administrativo será utilizado para financiar parte das contribuições das patrocinadoras e participantes destinadas ao pagamento das despesas administrativas, estimadas em R$ 10.919.136,74, de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL. O montante a ser abatido do fundo administrativo será a diferença entre as despesas efetivamente incorridas e os valores contribuídos por patrocinadoras e participantes apresentados mais adiante neste Parecer Atuarial.

Esclarecemos que, de acordo com o parágrafo § 1º do artigo 119 do regulamento do Plano III, o fundo previdencial foi constituído com as contribuições das patrocinadoras às quais os participantes não tiveram direito, seja por terem se desligado da patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano III ou devido a inexistência de dependentes, em caso de falecimento do participante. Tal fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano III, podendo ser utilizado para financiar contribuições devidas durante a vigência deste plano de custeio, de acordo com as regras que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, patrocinadoras e participantes deverão efetuar contribuições para o Plano III com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições para financiamento dos benefícios previstos no regulamento do Plano III, estimadas e apresentadas a seguir:

Descrição	Contribuição em % da Folha Anual do Salário de Participação	Contribuição Anual em R$
Benefícios Definidos e Despesas Administrativas		
– Benefícios de Risco Financiados por Capitalização	0,36%	2.743.902,22
– Benefícios de Risco Financiados por Repartição	0,15%	1.095.593,37
– Despesas Administrativas dos Ativos e Aposentados	0,46%	3.475.685,01
– Subtotal	0,97%	7.315.180,60
Contribuição Definida		
– Contribuição Normal de Patrocinadora	8,80%	66.507.871,50
Total		
– Contribuição de Patrocinadora	9,77%	73.823.052,10

Conforme definido no inciso I do artigo 89 do regulamento do Plano III, a contribuição normal de patrocinadora deverá ser igual a 100% da contribuição normal efetuada por cada participante. Desta forma, o percentual e valor acima referentes a esta contribuição são estimativas para os valores reais a serem contribuídos.

Para as demais situações, prevalecem os percentuais apresentados na tabela acima, a incidir sobre a folha de salário de participação de todos os participantes ativos.

A contribuição das patrocinadoras em contrapartida à contribuição administrativa dos participantes ativos e aposentados deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Ativos

Os participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o artigo 81 do regulamento do Plano III com base na seguinte regra de custeio:

Descrição	Contribuição em % da Folha Anual do Salário de Participação	Contribuição Anual em R$
Benefícios Definidos e Despesas Administrativas		
– Benefícios de Risco Financiados por Capitalização	0,36%	2.743.902,22
– Benefícios de Risco Financiados por Repartição	0,15%	1.095.593,37
– Despesas Administrativas	0,42%	3.173.451,46
– Subtotal	0,93%	7.012.947,05
Contribuição Definida		
– Contribuição Normal de Participante	8,80%	66.507.871,50
Total		
– Contribuição de Participante	9,73%	73.520.818,55

A contribuição normal de participante para custeio do benefício de aposentadoria do Plano III é determinada conforme os níveis de custeio a seguir:

Faixa de Salário Real de Contribuição	Percentual
– Até 10 Unidades Previdenciárias	Mínimo de 2,0%
– Acima de 10 Unidades Previdenciárias	12,0%

Desta forma, os valores referentes a esta contribuição normal de participantes, apresentados na tabela acima, são estimativas para os valores reais a serem contribuídos.

A despesa administrativa foi rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras. Para os participantes ativos esta contribuição resulta em percentual a ser aplicado sobre seu salário real de contribuição, e deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições normais e administrativas, as contribuições de mesma finalidade que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício.

As contribuições para custeio dos benefícios de risco serão opcionais, conforme escolha definida pelo participante.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)

Os participantes vinculados deverão contribuir com um percentual de 0,84% de seu salário real de contribuição, atualizado da data de término do vínculo empregatício até a data da avaliação atuarial pelo INPC, para custeio das despesas administrativas do Plano III. Esta contribuição deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Aposentados e Pensionistas

Os participantes aposentados deverão contribuir com 0,42% de seu benefício mensal para custeio das despesas administrativas do Plano III, o que perfaz o valor total de aproximadamente R$ 302.233 no ano. Esta contribuição deverá ser alocada no fundo administrativo.

Os participantes pensionistas não contribuem para o custeio das despesas administrativas do Plano III.

Evolução dos Custos

Não houve alteração significativa do custo total apurado em Reais para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 do Plano III em relação ao valor obtido para o encerramento do exercício de 2013.

Vigência do Plano de Custeio

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2015, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para a gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano III são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano III em vigor, e atendem às determinações da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores, Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano III preveem o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados aqui apresentados certificamos que o Plano III administrado pela Fundação COPEL está deficitário na data de encerramento do exercício de 2014. Dentre os fatos geradores deste déficit destaca-se a rentabilidade de auferida pelos investimentos, que foi inferior à meta atuarial estabelecida de 13,41% (INPC + 5,75% a.a.). No entanto, de acordo com a legislação em vigor, o equacionamento deste déficit poderá aguardar até o resultado da avaliação atuarial de encerramento do próximo exercício, dado que seu valor é inferior a 10% das provisões matemáticas e que o fluxo financeiro estimado para o próximo exercício é suficiente para honrar os compromissos estimados.

Certificamos, também, que as patrocinadoras e participantes (ativos, aposentados, etc.) deverão efetuar as contribuições para o Plano III conforme estabelecido no capitulo 5 deste documento.

Para fins de comprovação da paridade contributiva, informamos que o total das contribuições a serem vertidas pelas patrocinadoras para o Plano III durante a vigência do plano de custeio estabelecido no capitulo 5 deste Parecer Atuarial representa aproximadamente 100% do total das contribuições dos participantes (ativos e aposentados).

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que além do pagamento das contribuições previstas no plano de custeio apresentado neste Parecer Atuarial, a saúde atuarial e financeira do Plano III dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque especial para a sobrevivência dos participantes (ativos e aposentados) e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Em que pese a natureza estrutural do Plano III, concebido na modalidade de contribuição variável, vale ressaltar que com o envelhecimento de sua população, quando haverá mais participantes deixando a fase de capitalização em direção a fase de recebimento de benefícios, a hipótese para a taxa real anual de juros terá papel ainda mais relevante na mensuração dos compromissos assumidos com o pagamento desses benefícios.

Atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 11 de março de 2015.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Tiago Tadeu Montini Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano III administrado pela Fundação COPEL.

José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações

2014

MERCER

Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920 - 4º, 10º e 11º andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

MARSH & McLENNAN COMPANIES

2. PLANO UNIFICADO

MERCER

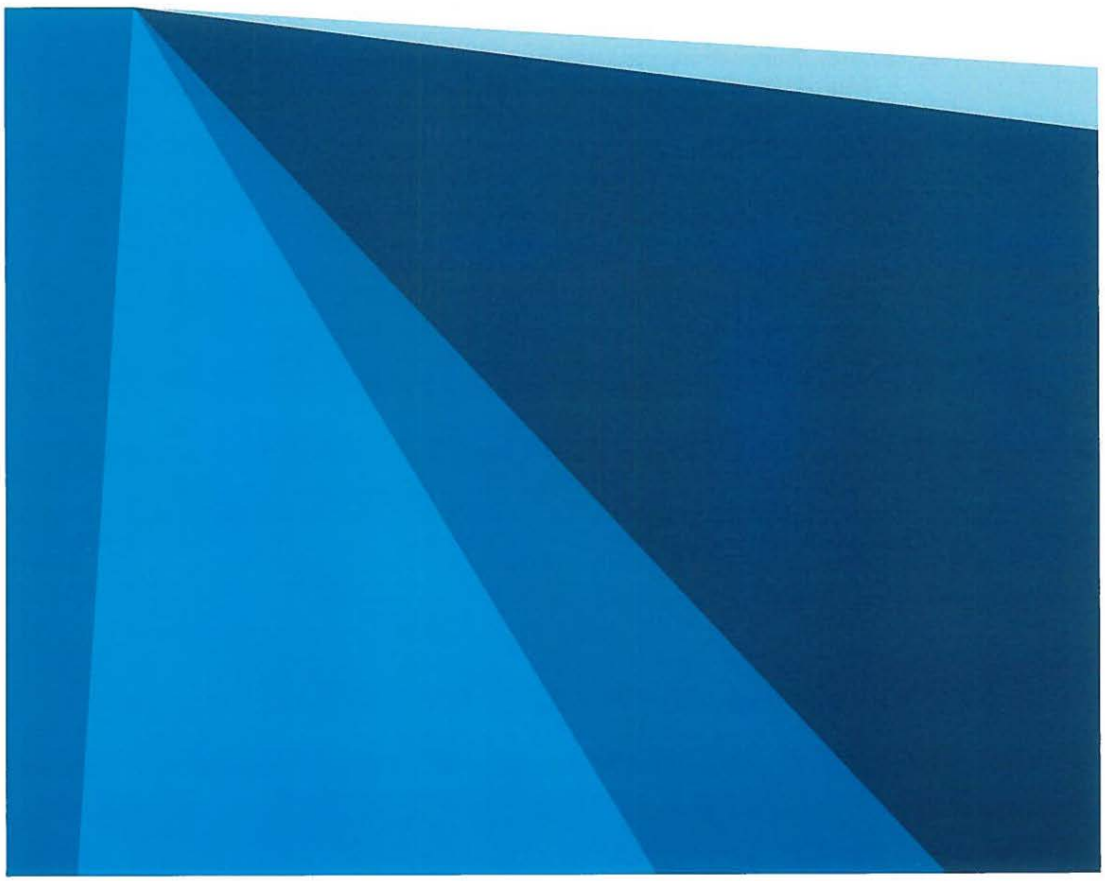
TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

SÃO PAULO, 11 DE MARÇO DE 2015



MARSH & McLENNAN COMPANIES

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos 1

2. Dados Cadastrais 3
   - Participantes Ativos 3
   - Participantes Autopatrocinados 4
   - Participantes Aguardando o Benefício Saldado 4
   - Participantes Aguardando o Benefício Proporcional Diferido 4
   - Participantes Aposentados e Pensionistas sem Benefício Saldado 4
   - Participantes Aposentados e Pensionistas com Benefício Saldado 5

3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados 6
   - Descrição Geral 6
   - Principais Riscos Atuariais e Adequação dos Métodos, Regimes e Hipóteses Atuariais Utilizados 8

4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas 11
   - Variação nas Provisões Matemáticas 13

5. Plano de Custeio 14
   - Custos 14
   - Contribuições 15
   - Evolução dos Custos 18
   - Vigência do Plano de Custeio 18

6. Limite Legal das Despesas 19

7. Conclusão 20

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano Unificado de Benefício Definido (Plano Unificado), CNPB 1979.0017-74, administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do citado plano de benefícios, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2014 da Fundação COPEL.

Lembramos que o Plano Unificado, estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas inscrições de participantes, é resultado da incorporação do Plano de Benefícios Previdenciários II (Plano Complementar) pelo Plano de Benefícios Previdenciários I (Plano Básico), conforme consta do processo nº 44011.000281/2013-70, comando nº 349683003 e juntada nº 368929838, devidamente aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 18 de setembro de 2013.

O presente Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA - Demonstração Atuarial de encerramento do exercício de 2014, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2015, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios além daqueles previstos nas disposições regulamentares do Plano Unificado;

2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Registramos que os resultados apresentados no capítulo 4 deste Parecer Atuarial já foram antecipados para os auditores contábeis da Fundação COPEL, por meio de documento datado de 6 de março de 2015.

Para a obtenção dos resultados atuariais anteriormente mencionados são utilizadas inúmeras premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano Unificado ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Sugerimos que este documento permaneça arquivado na Fundação COPEL pelo prazo mínimo de 5 anos.

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistências apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data base desses dados foi 31/07/2014.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data base dos dados. Também para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações referentes ao ano anterior, cuja data base foi 31/07/2013. Para melhor entendimento da situação vale destacar que:

1. A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade ou tempo médio estão na data base dos dados de cada ano, ou seja, 31/07/2014 e 31/07/2013;

2. Os valores monetários relativos aos participantes ativos, autopatrocinados, aposentados e pensionistas são aqueles das bases de dados originais. Para os participantes ativos e autopatrocinados tais valores estão posicionados no dissídio anterior a 31/07/2014 ou 31/07/2013, conforme o caso. Para os participantes aposentados e pensionistas estes valores foram corrigidos pela Fundação COPEL desde o dissídio anterior até 31/07/2014 ou 31/07/2013, conforme aplicável. Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários são atualizados para a data base da respectiva avaliação atuarial, isto é, 31/12/2014 ou 31/12/2013, e apresentados no conceito de capacidade;

3. Foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva(o) e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista.

Participantes Ativos

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	43	53
– Idade Média	51,2 anos	51,2 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	24,1 anos	23,7 anos
– Salário Real de Contribuição Médio Mensal	R$ 6.113	R$ 6.359
– Folha Anual do Salário Real de Contribuição (13x)	R$ 3.417.017	R$ 4.381.024

Participantes Autopatrocinados

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	1	1
– Idade Média	70,6 anos	69,6 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	32,2	31,2
– Salário Real de Contribuição Médio Mensal	R$ 3.533	R$ 3.525
– Folha Anual do Salário Real de Contribuição (13 vezes no ano)	R$ 45.929	R$ 45.825

Participantes Aguardando o Benefício Saldado

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	3.110	3.787
– Tempo Médio para Início do Benefício	7,2 anos	6,1 anos
– Benefício Médio Saldado com Tempo Comum	R$ 618	R$ 736
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Comum	R$ 1.922.681	R$ 2.788.427
– Benefício Médio Saldado com Tempo Especial (1)	R$ 661	R$ 788
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Especial (1)	R$ 2.054.831	R$ 2.982.581

(1) As provisões matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial foram calculadas com base nesta situação. Caso, na data da efetiva aposentadoria, o participante não consiga comprovar seu tempo especial, seu benefício será calculado e pago considerando o tempo comum. Entretanto, caso haja a posterior comprovação da conversão do tempo comum em tempo especial, o benefício saldado será recalculado e o novo valor será pago do momento da concessão em diante.

Participantes Aguardando o Benefício Proporcional Diferido

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	1	1
– Idade Média	55,3 anos	54,2 anos
– Benefício Médio Mensal (R$)	-(2)	-(2)

(2) O valor do benefício será apurado na data de início de seu pagamento, conforme previsto no regulamento do Plano Unificado.

Participantes Aposentados e Pensionistas sem Benefício Saldado

Descrição	07/2014	07/2013
– Aposentados		
▪ Número	3.391	3.456
▪ Idade Média	68,3 anos	67,5 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 4.402	R$ 4.094
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 194.049.366	R$ 183.935.232
– Aposentados Inválidos		
▪ Número	68	69
▪ Idade Média	64,6 anos	63,7 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 1.673	R$ 1.353
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 1.479.187	R$ 1.213.641

Descrição	07/2014	07/2013
– Pensionistas		
▪ Número	1.093	1.040
▪ Idade Média	66,3 anos	65,9 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 1.521	R$ 1.403
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 21.606.064	R$ 18.968.560
– Total		
▪ Número	4.552	4.565
▪ Idade Média	67,8 anos	67,0 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R$ 3.669	R$ 3.426
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 217.134.617	R$ 204.117.433

Participantes Aposentados e Pensionistas com Benefício Saldado

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	3.224	2.573
– Benefício Saldado com Tempo Comum Médio	R$ 2.456	R$ 2.443
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Comum	R$ 7.918.808	R$ 6.297.252
– Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 102.944.505	R$ 81.864.276
– Benefício Saldado com Tempo Especial Médio [3]	R$ 2.721	R$ 2.848
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Especial [3]	R$ 8.773.238	R$ 6.888.985
– Folha Anual de Benefícios (13x)	R$ 114.052.096	R$ 89.556.805

[3] Para os atuais pensionistas, não se espera que o benefício sofra influência do tempo comum ou especial.

3

Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Descrição Geral

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas deste plano (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados), devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes, a partir da data em que forem devidos.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e, consequentemente, acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação (geralmente igual ao tempo de serviço total do participante), aumentando significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/provisões matemáticas. É importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, isto é, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/provisão matemática a partir da data de início de pagamento do benefício.

Para se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento; crescimento salarial; reajuste dos benefícios do plano e do INSS etc.) e também as de caráter biométrico (mortalidade de válidos e inválidos; entrada em invalidez; rotatividade; idade de aposentadoria; estado civil; número de dependentes, etc.), entre outras.

Ressalte-se que para a determinação das hipóteses atuariais e financeiras ora referidas, o atuário deve buscar o equilíbrio entre "complexidade de determinação" e "materialidade", não se exigindo a utilização de hipóteses muito refinadas, caso estas, inequivocamente, afetem de forma pouco significativa os resultados da avaliação atuarial (custos normais esperados para o próximo exercício e reservas/provisões matemáticas necessárias para os pagamentos de benefícios) do plano de benefícios em estudo.

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta, pagamento de benefícios diferentes do esperado, imposições legais, adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que a avaliação atuarial de um plano de benefícios tem por objetivo estimar sua situação atuarial e financeira em um dado momento no tempo e pressupõe o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano Unificado, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou sobre qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano Unificado apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam os resultados da avaliação atuarial de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Taxa Real Anual de Juros [1]	5,75% ao ano
– Projeção de Crescimento Real de Salário [1], [2]	2,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS [1]	0,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano [1]	0,00% ao ano
– Fator de Capacidade para os Salários	1,0000 x Salário Real de Benefício 0,9777 x Salário Real de Contribuição
– Fator de Capacidade para os Benefícios	0,9777
– Hipótese sobre Rotatividade [3]	Nula
– Tábua de Mortalidade Geral [4]	AT-2000
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
– Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro-Vindas
– Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria
– Composição Familiar	– Ativos: 85% de casados, com mulher 4 anos mais jovem e 2 filhos [5] – Aposentados: Composição real informada
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	N.A.

[1] O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[2] A hipótese de crescimento salarial adotada foi definida pelas patrocinadoras, levando-se em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros para o longo prazo.

[3] A hipótese de rotatividade adotada foi definida pelas patrocinadoras, de forma conservadora, com base na expectativa futura de longo prazo sobre admissões e desligamentos de participantes do Plano Unificado.

[4] A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pela SOA - Society of Actuaries, entidade americana similar ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, e atende ao item 2 da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores, Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014.

[5] Idade dos filhos definida como sendo igual à: [(Idade do Titular)/2]-12.

Principais Riscos Atuariais e Adequação dos Métodos, Regimes e Hipóteses Atuariais Utilizados

Os principais riscos atuariais do Plano Unificado estão concentrados nas hipóteses sobre rentabilidade futura (taxa real anual de juros), projeção de crescimento real de salários, mortalidade geral e de inválidos e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que não houve alteração de hipóteses para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 do Plano Unificado em relação ao encerramento do exercício de 2013.

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 estão baseadas em estudo de aderência de hipóteses elaborado pela Fundação COPEL, cuja cópia foi encaminhada à Mercer para análise, e em estudo de ALM, elaborado pela área investimentos da Mercer, considerando o cenário econômico vigente no Brasil.

Em relação ao estudo de ALM, destacamos o que segue:

1. Foi elaborado de forma a identificar a taxa de retorno da carteira atual do Plano Unificado a partir da projeção dos ativos líquidos de despesas administrativas e do fluxo de caixa de seu passivo atuarial (pagamento de benefícios líquidos de contribuições previdenciárias);

2. Ficou demonstrado que, considerando-se a carteira atual do Plano Unificado e as limitações legais vigentes, a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano é adequada para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014. A utilização desta taxa foi aprovada pela PREVIC em 11 de março de 2015, por meio do ofício nº 602/2015/CGMA/CGMI/DIACE/PREVIC;

3. O percentual utilizado como hipótese para a taxa real anual de juros respeita o estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores. Cabe esclarecer que, neste momento, a Fundação COPEL optou por não adotar as disposições facultativas da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014.

Como previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis ao Plano Unificado encontram-se arquivadas na Fundação COPEL, à disposição dos participantes, assistidos, patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente, informamos que para a presente avaliação atuarial do Plano Unificado, realizada com data base em 31/12/2014, foram adotados os seguintes regimes financeiros e métodos atuariais, que não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013:

1. Pecúlio por morte e auxílio-doença (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor das contribuições em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício;

2. Demais benefícios (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de capitalização, método agregado. Este método atuarial determina que o valor presente de todas as contribuições futuras (custo normal de todos os anos) corresponda à diferença entre o valor presente dos compromissos futuros com o pagamento de benefícios e os respectivos ativos garantidores desses benefícios.

Também cabe registrar que o regulamento do Plano Unificado não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;

2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;

3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano Unificado em vigor em 31/12/2014; e

4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano Unificado foram discutidos com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano Unificado, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2014.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

1. A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano Unificado ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL;

2. Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas, o regulamento vigente do Plano Unificado e as hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial;

3. Entre a data base dos dados e 31/12/2014 vários participantes aguardando o benefício saldado adquiriram a condição de aposentados. Para este grupo, as provisões matemáticas foram calculadas como se participantes ativos fossem, sendo, então, transferidas e registradas na rubrica de benefícios concedidos.

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.652.986.074,61
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	4.636.542.454,76
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.393.097.695,99
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.977.080.131,79
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.977.080.131,79
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	3.664.871.054,18
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	312.209.077,61
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	416.017.564,20
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	415.719.844,21
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	418.020.848,23
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.150.502,01
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	1.150.502,01
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	297.719,99
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	327.376,61
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	14.828,31
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	14.828,31
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	243.444.758,77
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	243.444.758,77
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	243.444.758,77
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	243.444.758,77
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	16.443.619,85
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.443.619,85
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Em relação à estruturação das provisões matemáticas, observamos ainda o que segue:

1. No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão do benefício em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

2. A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

3. A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);

4. A provisão referente à pensão por morte de participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Por fim, gostaríamos de registrar as seguintes considerações gerais:

1. O Superávit Técnico Acumulado do Plano Unificado aumentou entre os encerramentos dos exercícios de 2013 e 2014, passando de R$ 195.952.157,98 para R$ 243.444.758,77. Dentre os fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi superior a meta atuarial;

2. A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Não foi apurada reserva especial para revisão do Plano Unificado.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática, reavaliada utilizando-se as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2013, quando comparada com a provisão matemática evoluída considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

5

Plano de Custeio

Custos

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) e das despesas administrativas do Plano Unificado foram utilizados os regimes financeiros e métodos atuariais, como segue:

1. Despesas administrativas e benefícios de pecúlio por morte e auxílio-doença: Utilizou-se o regime financeiro de repartição simples;

2. Demais benefícios definidos: Utilizou-se o método atuarial agregado.

Todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados preveem o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

A tabela a seguir apresenta o plano de custeio do Plano Unificado para participantes e patrocinadoras.

Benefícios e Despesas Administrativas	Custo em % da Folha Anual do Salário Real de Contribuição [1]	Contribuição Anual em R$
– Aposentadorias	16,54%	R$ 601.130,00
– Invalidez	0,17%	R$ 6.178,00
– Pensão por Morte	0,16%	R$ 5.815,00
– Auxílio-Doença	0,05%	R$ 1.817,00
– Pecúlio por Morte	1,02%	R$ 37.070,00
– Total de Benefícios	17,94%	R$ 652.010,00
– Despesas Administrativas [2]	266,63%	R$ 9.690.424,65
– Total	284,57%	R$ 10.342.434,65

[1] Folha do Salário Real de Contribuição Anual: R$ 3.634.403. no conceito capacidade. Esta folha reflete valores de 12/2014 e é diferente dos valores apresentados no capitulo 2 deste Parecer Atuarial.

[2] Valor estabelecido pela Fundação COPEL em seu orçamento anual e referente somente ao Plano Unificado.

Os valores monetários da tabela acima são apresentados no conceito de capacidade e estão posicionados em 31/12/2014. Os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha do salário real de contribuição ao longo do exercício.

Informamos que além das contribuições das patrocinadoras e participantes, apresentadas mais adiante neste documento, destinadas ao financiamento das despesas administrativas, estimadas em R$ 9.690.424,65, de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL, uma parcela de até 3% do retorno dos investimentos também será destinada ao pagamento das despesas administrativas e a capitalização do fundo administrativo. Uma vez atingida esta capitalização, a Fundação COPEL, a seu critério e sem necessidade de alteração deste Parecer Atuarial, poderá reduzir o percentual aqui apresentado, de modo a evitar o crescimento acentuado do fundo administrativo.

A despesa administrativa apresentada na tabela acima reflete fielmente o valor orçado pela Fundação COPEL para o Plano Unificado e deverá ser rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras.

Alternativamente à realização das contribuições para o custeio administrativo previstas neste plano de custeio, e respeitadas as disposições regulamentares vigentes, poderão ser adotadas, em conjunto ou isoladamente, as seguintes formas de cobrança dessas contribuições, previstas na Resolução nº 29/2009:

1. Taxa de administração a incidir sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios; ou

2. Taxa de carregamento a incidir sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, patrocinadoras e participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Unificado com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 41 e 42 do regulamento do Plano Unificado, estimadas e apresentadas a seguir:

Benefícios Definidos e Despesas Administrativas	Contribuição em % da Folha Anual do Salário Real de Contribuição	Contribuição Anual em R$
– Benefícios por Repartição [1]	0,53%	R$ 19.443,50
– Contribuição de Patrocinadora Definida em Regulamento [1]	8,44%	R$ 306.561,50
– Despesas Administrativas	59,46%	R$ 2.161.057,37
– Contribuição Total de Patrocinadora	68,43%	R$ 2.487.062,37

[1] Valores estimados correspondentes à 100% das contribuições a serem realizadas pelos participantes ativos. Prevalecem os valores reais contribuídos.

As contribuições de patrocinadora, no montante total de R$ 2.487.062,37, que correspondem a 68,43% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos do Plano Unificado, poderão também ser financiadas, por questões operacionais, pela

aplicação de 0,33% da folha do salário real de contribuição de todos os participantes ativos da patrocinadora COPEL (esta folha monta à R$ 755.583.705 em 31/12/2014).

Especificamente em relação as contribuições para cobertura das despesas administrativas, o plano de adequação determinado no Ofício nº 059/ERRS/PREVIC, de 06/04/2010, estabelece que as patrocinadoras recolherão suas contribuições para cobertura dessas despesas no patamar de 60% sobre o valor previsto no plano de custeio de cada exercício, sendo a diferença coberta por meio de recursos do fundo administrativo, como forma de recuperação de valores pagos a mais no período de 2003 a 2010.

O montante de R$ 2.161.057,37 referente as despesas administrativas, já apresentado, reflete a redução de 40% referida no parágrafo anterior.

Desta forma, o total esperado de contribuições patronais para financiamento das despesas administrativas está assim distribuído:

Despesas Administrativas	Valor Anual em R$
– Rateio Paritário entre Participantes Ativos e Aposentados, e Patrocinadores	R$ 4.845.212,33
– Redução em Decorrência Ofício nº 059/ERRS/PREVIC (a ser Abatido do Fundo Administrativo)	R$ 1.938.084,93
– Despesas Administrativas Patronal - Após Ofício nº 059/ERRS/PREVIC	R$ 2.907.127,40
– Utilização do Fundo Administrativo - Paridade	R$ 746.070,03
– Valor a ser Contribuído no Ano	R$ 2.161.057,37

A contribuição das patrocinadoras em contrapartida à contribuição administrativa dos participantes ativos e aposentados deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Ativos e Aposentados

Os participantes ativos e aposentados deverão efetuar contribuições com base na seguinte regra de custeio:

Participantes do Plano I – Faixa do Salário Real de Contribuição [1], [2]	Percentual
– Até 0,5 Teto	3,0%
– De 0,5 a 1 Teto	4,0%
– De 1 a 3 Tetos	7,0%
Participantes do Plano II – Faixa do Salário Real de Contribuição [1], [2]	
– Até 0,5 Teto	3,0%
– De 0,5 a 1 Teto	4,0%
– De 1 a 2 Tetos	10,0%
– De 2 a 3 Tetos	11,0%
– Acima de 3 Tetos	13,0%

[1] Teto: refere-se ao salário "teto" de contribuição para a Previdência Social.
[2] Para os participantes aposentados, o salário real de contribuição equivale ao valor do benefício recebido.

Para 2015, essas contribuições foram estimadas em:

1. R$ 306.561,50 no ano, correspondente a 8,44% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos do Plano Unificado; e

2. R$ 20.189.151,00 no ano, correspondente a 5,99% da folha de benefícios dos participantes aposentados e pensionistas do Plano Unificado.

Ressalte-se que os valores acima são estimados, prevalecendo sempre os valores reais contribuídos.

Sobre as contribuições dos participantes ativos e aposentados acima apresentadas e avaliadas pelo método agregado, incidirá uma taxa de carregamento de 20% para fins da cobertura das despesas administrativas do Plano Unificado, como segue:

1. R$ 61.312,30 no ano, correspondente a 1,69% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos; e

2. R$ 4.037.830,00 no ano, correspondente a 1,20% da folha de benefícios para os participantes aposentados e pensionistas.

Desta forma, o total esperado de contribuições dos participantes ativos e aposentados para financiamento das despesas administrativas monta à R$ 4.099.142,30 no ano. Portanto, para manutenção da paridade de contribuições, um montante adicional de R$ 746.070,03 no ano deverá ser retirado do fundo administrativo do Plano Unificado. Assim, o valor total esperado das contribuições para financiamento das despesas administrativas é de R$ 4.845.212,33, ou seja, 50% de R$ 9.690.424,65, que é o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL.

Os valores acima são estimados, uma vez que decorrem diretamente das contribuições reais efetuadas.

Adicionalmente, informamos que os participantes ativos deverão contribuir para o financiamento dos benefícios de risco avaliados pelo regime de repartição simples (auxílio-doença e pecúlio por morte) conforme apresentado a seguir:

Benefícios Definidos e Despesas Administrativas	Contribuição em % da Folha Anual do Salário Real de Contribuição	Contribuição Anual em R$
– Benefícios por Repartição [1]	0,53%	R$ 19.443,00

[1] Valores estimados correspondentes à 100% das contribuições a serem realizadas pelos participantes ativos. Prevalecem os valores reais contribuídos.

Os participantes pensionistas não contribuem para o custeio das despesas administrativas do Plano Unificado.

Conforme também previsto no plano de adequação das contribuições para o custeio administrativo, determinado no referido Ofício nº 059/ERRS/PREVIC, serão recolhidas mensalmente contribuições administrativas dos participantes ativos e aposentados do Plano Unificado, no percentual de 0,70% do valor do salário real de contribuição limitado a R$ 10,00 (para os aposentados o salário real de contribuição corresponde ao benefício recebido). O período de cobrança de tais contribuições vigorará de abril de 2011 a março de 2018, perfazendo 84 meses.

Participantes Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios e das despesas administrativas.

Ressaltamos que na data-base dos dados utilizados nesta avaliação atuarial não havia nenhum participante nessa condição.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)

Não haverá contribuições de participantes em BPD.

Evolução dos Custos

Não houve alteração significativa do custo total apurado em Reais para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 do Plano Unificado em relação ao valor obtido para o encerramento do exercício de 2013.

Vigência do Plano de Custeio

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2015, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para a gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano Unificado são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano Unificado em vigor, e atendem às determinações da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas alterações posteriores, Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano Unificado preveem o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados apresentados neste Parecer Atuarial certificamos que o Plano Unificado administrado pela Fundação COPEL está superavitário na data de encerramento do exercício de 2014, tendo sua Reserva de Contingência constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Certificamos, também, que as patrocinadoras e participantes (ativos, aposentados, etc.) deverão efetuar as contribuições para o Plano Unificado conforme estabelecido no capitulo 5 deste documento.

Para fins de comprovação da paridade contributiva, informamos que o total das contribuições a serem vertidas pelas patrocinadoras para o Plano Unificado durante a vigência do plano de custeio estabelecido no capitulo 5 deste Parecer Atuarial representa aproximadamente 10% do total das contribuições dos participantes (ativos e aposentados).

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que além do pagamento das contribuições previstas no plano de custeio apresentado neste Parecer Atuarial, a manutenção da saúde atuarial e financeira do Plano Unificado (neste caso a situação superavitária) dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque especial para a sobrevivência dos participantes (ativos e aposentados) e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 11 de março de 2015.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Tiago Tadeu Montini Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano Unificado administrado pela Fundação COPEL.

José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações

2014

MERCER

Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920 - 4°, 10° e 11° andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2° andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

MARSH & McLENNAN COMPANIES

3. PLANO PECÚLIO

MERCER

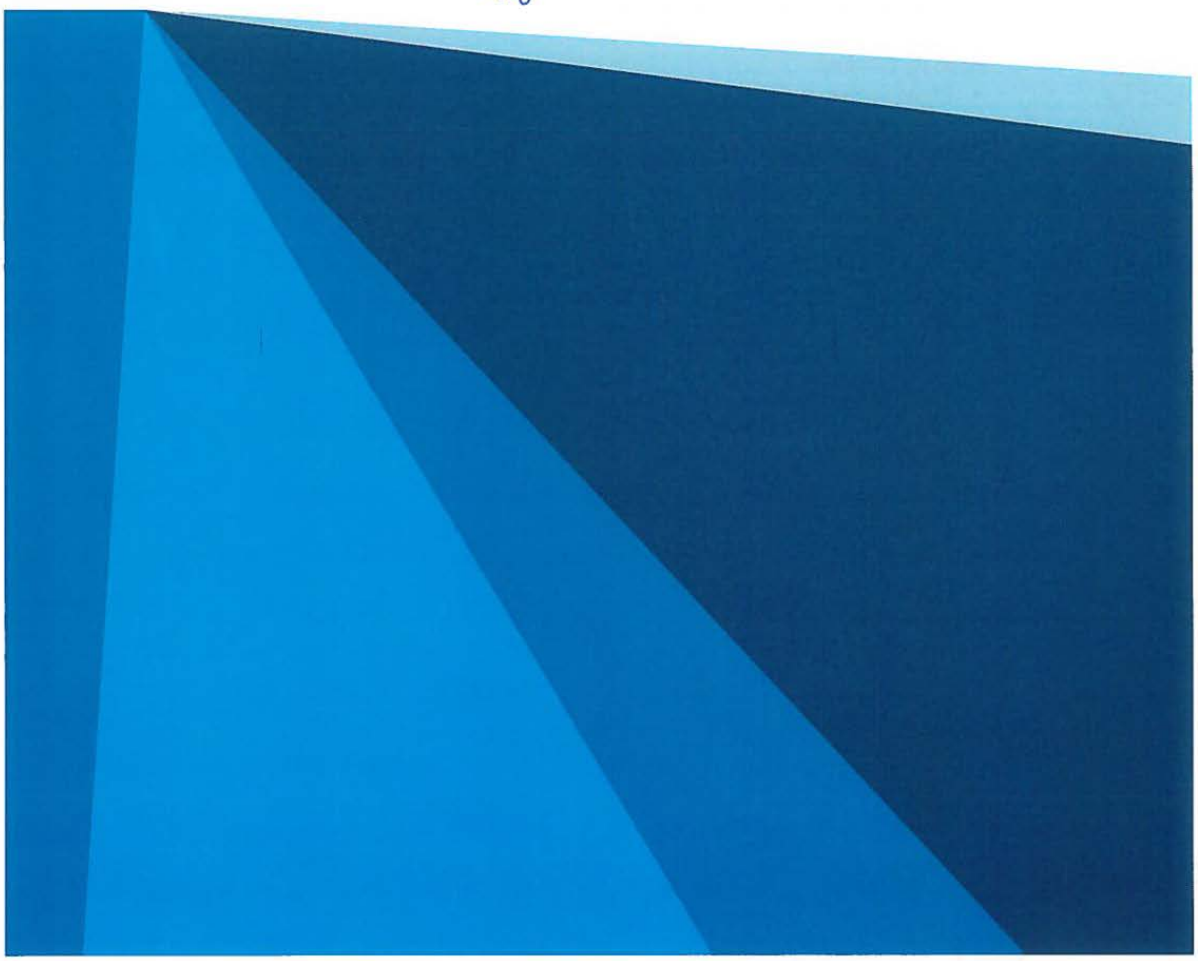
TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO DE PECÚLIO

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

SÃO PAULO, 06 DE MARÇO DE 2015



MARSH & McLENNAN COMPANIES

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações 2014

CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos .....

2. Dados Cadastrais .....
   - Participantes Ativos.....
   - Participantes Aposentados.....

3. Hipóteses e Regimes Financeiros Utilizados .....

4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas.....

5. Plano de Custeio.....
   - Contribuições de Participantes.....

6. Limite Legal das Despesas .....

7. Conclusão.....

309 X

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Pecúlio, CNPB nº 2006.0007-56, administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do referido Plano de Pecúlio, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2014 da Fundação COPEL.

O Plano de Pecúlio está estruturado na modalidade de benefício definido, com características muito semelhantes a um seguro de vida em grupo, e encontra-se aberto para novas inscrições de participantes e seus cônjuges em 31/12/2014.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2014, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2015, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano de Pecúlio;

2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Para a obtenção dos resultados atuariais acima mencionados são utilizadas premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano de Pecúlio ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, e respectivos cônjuges quando aplicável, utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data-base desses dados foi 31/07/2014.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data-base dos dados. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base foi 31/07/2013.

Participantes Ativos

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	7.187	7.901
– Idade média	40,9 anos	41,0 anos
– Valor nominal médio do capital segurado [1]	R$ 97.819	R$ 91.007
– Valor nominal do capital segurado total [1]	R$ 703.021.912	R$ 719.049.780

(1) Os valores apresentados referem-se a cobertura por morte natural

Participantes Aposentados

Descrição	07/2014	07/2013
– Número	5.836	5.311
– Idade média	63,3 anos	63,3 anos
– Valor nominal médio do capital segurado [1]	R$ 76.553	R$ 68.838
– Valor nominal do capital segurado total [1]	R$ 446.763.012	R$ 365.596.906

(1) Os valores apresentados referem-se a cobertura por morte natural

3

Hipóteses e Regimes Financeiros Utilizados

Por se tratar este Plano de Pecúlio de pagamentos únicos aos beneficiários em caso de falecimento ou invalidez do participante ou seu cônjuge, e cujo capital segurado é determinado de forma financeira, sem qualquer componente vitalício em seu cálculo, foi utilizado o regime financeiro de repartição simples, conforme prerrogativa prevista na legislação aplicável.

De forma geral, o regime de repartição simples estabelece que o custeio dos benefícios/pecúlios a serem pagos é aquele necessário e suficiente para fazer frente aos compromissos para o exercício em questão. Em outras palavras, espera-se que o valor contribuído no ano (custeio dos benefícios/pecúlios) seja completamente consumido com pagamento de benefícios/pecúlios naquele mesmo exercício. Este regime financeiro exige a definição de poucas hipóteses atuariais e financeiras.

Cabe ressaltar que os resultados da avaliação atuarial do Plano de Pecúlio registram a situação atuarial e financeira estimada do referido plano em um dado momento no tempo, e pressupõem o acompanhamento cuidadoso das hipóteses utilizadas. Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano de Pecúlio, do regime financeiro, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração dos custos normais relativos ao Plano de Pecúlio apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Probabilidade de Ocorrência de Sinistros no Próximo Ano [1]	Experiência real do último ano
– Carregamento de Segurança [2]	5% do prêmio bruto
– Crescimento do Capital Segurado	0% a.a.
– Fator de Capacidade	1,00
– Hipótese sobre Rotatividade	N.A.
– Tábua de Mortalidade Geral	N.A.
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A
– Tábua de Entrada Em Invalidez	N.A.
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	-

[1] Para fins de apuração dos valores esperados de pagamentos de sinistros (benefícios/pecúlios) para o exercício 2015 utilizou-se a experiência do Plano de Pecúlio no ano imediatamente anterior;

[2] Carregamento para cobertura, durante o exercício de 2015, de eventuais desvios entre o total de sinistros esperados e seu valor efetivo.

Para a avaliação atuarial realizada pela Mercer com data-base em 31/12/2014 foi adotado o seguinte regime financeiro para o Plano de Pecúlio:

- Pecúlio por morte e por invalidez (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor a ser contribuído em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que as hipóteses atuariais e econômicas, e o regime atuarial utilizados na presente avaliação não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013.

Também cabe registrar que o regulamento do Plano de Pecúlio, estruturado na modalidade de benefício definido e que se encontra aberto para novas inscrições de participantes e seus dependentes, não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras e o regime financeiro utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;

2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;

3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano de Pecúlio em vigor em 31/12/2014; e

4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além do regime financeiro utilizados na avaliação atuarial do Plano de Pecúlio foram discutidas com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano de Pecúlio, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2014.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

- A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano de Pecúlio ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL.

.Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.624.347,86
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	0,00
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	0,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00

.Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2014)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	12.624.347,86
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	12.404.455,72
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	12.404.455,72
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	219.892,14
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

5

Plano de Custeio

Contribuições de Participantes

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) do Plano de Pecúlio foi utilizado o regime financeiro de repartição simples já referido neste Parecer Atuarial

O regime financeiro utilizado prevê o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os participantes deverão efetuar contribuições mensais/pagar prêmios, no total de 12 vezes no ano, equivalentes a 0,0469% do capital segurado total, isto é, o capital segurado relativo ao pecúlio principal acrescido, se existente, do capital segurado do pecúlio adicional. Os valores de tais contribuições mensais/prêmios em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução do capital segurado total.

A Fundação COPEL deverá acompanhar o fluxo financeiro de pagamentos de benefícios/pecúlios realizados durante a vigência deste plano de custeio, de forma a identificar possíveis desvios de sinistralidade que sejam muito maiores que a média histórica observada. Neste caso, nova avaliação atuarial deverá ser realizada para redimensionamento do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Pecúlio.

Do valor do prêmio será recolhido um percentual de 3,0% para cobertura das despesas com a administração deste Plano de Pecúlio, percentual esse apurado com base no total de despesas orçadas para a vigência deste plano de custeio pela Fundação COPEL, no montante de R$ 219.515,94.

Uma vez que a cobertura oferecida por este Plano de Pecúlio é complementar àquelas dos planos de benefícios previdenciários, não havendo contribuição por parte das patrocinadoras, fica atendida a previsão da Emenda Constitucional nº 20/1998 em relação à necessidade de paridade no custeio.

* * *

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2015, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras e o regime financeiro utilizado para a avaliação atuarial do Plano de Pecúlio são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano de Pecúlio em vigor, e atendem às determinações da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que o regime financeiro utilizado para a avaliação atuarial do Plano de Pecúlio prevê o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados apresentados neste Parecer Atuarial certificamos que o Plano de Pecúlio administrado pela Fundação COPEL está atuarialmente equilibrado na data de encerramento do exercício de 2014, possuindo um fundo de oscilação de riscos capaz de suportar desvios de sinistralidade de razoável magnitude. Certificamos, também, que os participantes (ativos e aposentados) deverão efetuar as contribuições/prêmios para o Plano de Pecúlio conforme estabelecido no capitulo 5 deste documento.

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Dada também a característica do Plano de Pecúlio, de cobrança de prêmios de cobertura com base no perfil médio e geral da população coberta, o envelhecimento dessa população, ou até mesmo o fechamento deste Plano de Pecúlio, poderá acarretar aumento significativo dos referidos prêmios, situação na qual o fundo previdencial desempenhará papel de extrema importância para a manutenção do equilíbrio do Plano de Pecúlio.

É pressuposto para a manutenção desta situação de equilíbrio o pagamento das contribuições/prêmios previstos no plano de custeio apresentado neste Parecer Auarial, assim como a manutenção do desvio entre valores esperados e ocorridos em patamares razoáveis.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 06 de março de 2015.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Tiago Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano de Pecúlio administrado pela Fundação COPEL.

José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635

FUNDAÇÃO COPEL

Viver melhor, viver mais

Relatório Anual de Informações

2014

MERCER

Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 4°, 10° e 11° andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2° andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

MARSH & McLENNAN COMPANIES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BEZ & ASSOCIADOS
Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Curitiba - PR.

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 03, a contabilidade da Gestão Assistencial é mantida segregada das demais gestões, o que possibilita a identificação e independência do patrimônio e sua aderência à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar. Em consonância as disposições previstas na legislação, tais valores são apresentados no Balanço Consolidado apenas pelos seus totais de ativos e passivos uma vez que estes seguem uma estrutura contábil específica definida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outros assuntos

Critérios de apuração do passivo atuarial

Em 24 de novembro de 2014 foram publicadas as Resoluções CNPC nº 15/2014 e nº 16/2014, que estabeleceram novas regras de precificação do passivo atuarial e cuja aplicação é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2015.

Tais regras acarretarão em uma série de mudanças na gestão atuarial dos planos de benefícios, dispondo sobre procedimentos a serem observados na apuração do resultado dos planos, na destinação e utilização do superávit e no equacionamento de déficit.

Maringá - PR, 12 de março de 2015.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Lückmann

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador
CRC SC 023.456/O-6 T - PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

FUNDAÇÃO COPEL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO COPEL de Previdência e Assistência Social, abaixo assinados, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, assistidos pelo Contador da entidade, João Maria da Silva de Lima, tendo procedido a verificação do Balanço Patrimonial, Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido, e Demonstrações das Provisões Técnicas dos planos de benefícios, Realização Orçamentária e Notas Explicativas correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, em conformidade com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, são de parecer que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo desta Fundação, com ênfase em relação às contas da gestão assistencial.

Curitiba, 16 de março de 2015.

Rosilene Fiorese Schreiber

José Mauro Oliveira Domingues

Itamar Pinto Paz

Breno Pascualote Lemos

FUNDAÇÃO COPEL

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, presentes à 195ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de março de 2015, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e depois de terem sido apresentados todos os aspectos relevantes da prestação de contas da Diretoria Executiva, constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Realização Orçamentária e Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2014 e considerando todos os pontos contidos nos pareceres da auditoria externa, BEZ & Associados Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal da Entidade, decidiram, por maioria dos votos, pela sua aprovação.

Curitiba, 20 de março de 2015.

AMÉRICO ANTONIO GAION

CARLOS EDUARDO FELSKY

LUIZ CARLOS CAVANHA JÚNIOR

MAXIMILIANO ANDRES ORFALI

OTTO ARMIN DOETZER

RAFAEL BURAKOVSKI